

set | 2014 | Nº 3

# DICON

EM REVISTA

Demonstrações Contábeis da União | Publicação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Conhecendo os alicerces das  
**Demonstrações Contábeis**

Por dentro da Contabilidade:  
**Comando da Aeronáutica**

Análise das  
**Demonstrações  
Contábeis da União**

Tecnologia para a nova  
**Contabilidade Pública**

Ministério da Fazenda

Secretaria do Tesouro Nacional

**DCON**

EM REVISTA

Demonstrações Contábeis da União

Publicação da Secretaria do Tesouro Nacional

Brasil • nº3 • setembro • 2014

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO**

Brasil | nº 3 | julho | 2014

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Paulo Rogério Caffarelli

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**SUBSECRETÁRIOS DO TESOIRO NACIONAL**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Gilvan da Silva Dantas

Marcus Pereira Aucélio

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

**EQUIPE TÉCNICA****Subsecretário de Contabilidade Pública**

Gilvan da Silva Dantas

**Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da União**

Renato Pontes Dias

**Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação**

Leonardo Silveira do Nascimento

**Coordenadora de Suporte à Contabilidade da União**

Bárbara Verônica Dias Mágero Viana

**Gerente de Elaboração das Demonstrações Contábeis**

Allan Lúcio Sathler

**Colaboradores**

Ivete Oliveira da Silva Ramos

Marcos Poubel de Castro

Melissa Aracema Justus

Janilson Antônio da Silva Suzart

Marilu Cardoso da Silva

Sandro Alex Bezerra Vieira

Leúde da Silva Amorim

**Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional**

Vinícius Mendonça Neiva

**Coordenador de Desenvolvimento Institucional**

Vladimir Reis Joaquim Lopes

**Gerente de Informação**

Vitor Augusto Nini

**Projeto gráfico e Diagramação**

Higor Fernando Silva Almeida de Faria

Helise Oliveira Gomes

*DCON em Revista* é uma publicação anual da Secretaria do Tesouro Nacional, elaborada pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União da Subsecretaria de Contabilidade Pública.

*É permitida a reprodução de textos e dados, desde que citada a fonte.*

**Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT/SUCON/STN**

SAS Quadra 3, Bloco O, Ed. Órgãos Regionais, 9º andar - Brasília - DF

CEP 70079-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3412-3063 Fax: (61) 3412-1459

Correio Eletrônico: ccont.df.stn@fazenda.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.gov.br



*DCON em Revista* / Secretaria do Tesouro Nacional - v. 1, n. 3 (set.2014) - Brasília: STN, 2014\_. Anual

1. Contabilidade Pública - Revista - Brasil. 2. Demonstrações Contábeis - Revista - Brasil. 3. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Revista - Brasil. 4. Finanças Públicas - Revista - Brasil. 5. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

# mensagem do Subsecretário de Contabilidade Pública

A Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional – SUCON/STN, por meio da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT, apresenta a 3ª edição da Revista das Demonstrações Contábeis da União – DCON em Revista, cuja iniciativa visa disponibilizar as informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da União em uma linguagem mais simples e acessível ao cidadão, com o objetivo de fomentar na sociedade brasileira a transparência das contas públicas e o controle social.

As Demonstrações Contábeis da União integram a Prestação de Contas Anual da Presidenta da República, em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal, apresentando as informações consolidadas referentes a um determinado exercício. São compostas pelas demonstrações contábeis estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964 (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro), apresentadas num formato sintético, e acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Incluímos também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, pela sua importância do ponto de vista analítico.

A DCON em Revista é uma iniciativa fruto da implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que visa propiciar a **transparência** e em especial a **compreensibilidade** das contas públicas. Para atingir seus objetivos, a revista é pautada numa linguagem de fácil entendimento, com figuras, gráficos e tabelas, e apresenta os principais resultados alcançados pelo Governo Federal e a composição do patrimônio da União, analisando suas variações mais significativas.

O ano de 2014 é um momento muito especial para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pois é o exercício em que faremos a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e das novas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, conforme determina a Portaria STN nº 634/2013. Neste sentido, estamos fazendo um grande esforço na União para a implantação do PCASP e das DCASP no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na virada do exercício de 2014 para 2015, o que se constitui, certamente, em um dos dois maiores projetos implantados pela STN nos seus 28 anos de existência.

Quero, nas pessoas do senhor Renato Pontes Dias, Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da União, e da senhora Bárbara Verônica Dias Mágero Viana, Coordenadora de Suporte à Contabilidade da União, parabenizar o corpo gerencial e toda a equipe técnica da CCONT pelos excelentes trabalhos prestados à Administração Pública Brasileira. Vocês fazem a diferença!

# SUMÁRIO

- 07** ENTREVISTA  
Nelson Machado trata da Contabilidade de Custos no âmbito da Administração Pública.
- 13** CONHECENDO O ALICERCE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
Legislação e princípios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis.
- 23** POR DENTRO DA CONTABILIDADE  
Comando da Aeronáutica comenta sobre os benefícios do SISCONTAER.
- 29** ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO  
Parte I: Balanço patrimonial - Ativo.
- 41** TECNOLOGIA PARA A NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA  
Solução desenvolvida pelo Serpro vai gerenciar e integrar sistemas da Secretaria do Tesouro Nacional
- 45** ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO  
Parte II: Balanço patrimonial - Passivo.
- 53** INFORMAÇÃO DE CUSTO
- 59** ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO  
Parte III: Demonstração das Variações Patrimoniais
- 73** ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO  
Parte IV: Balanço Orçamentário • Balanço Financeiro  
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



## ENTREVISTA

# Nelson Machado

*DCON: Como o Senhor avalia o estágio atual de implantação da contabilidade de custos no âmbito do Governo Federal?*

Nelson Machado: Eu penso que o Governo Federal avançou muito no processo de implantação do Sistema de Informação de Custos. Desde meados da década passada, quando teve início o processo de construção do sistema de informação de custos, o Governo Federal tem sido pioneiro em criar um Sistema para toda a Administração Pública Federal. Antes deste processo o que existiam eram experiências pontuais: Sistemas de Custos para um departamento, órgão, secretaria, fundação, empresa e, isto mudou de maneira relevante, pois agora o Governo tem um sistema de uso nacional, abrangente e que contempla todos os poderes. Então nesse sentido é um avanço muito grande e tem sido de alguma maneira inspiração para

estados, municípios buscarem um mesmo padrão de trabalho. Isto pode ser percebido pelo sucesso na realização de eventos, como o Congresso de Custos, os Seminários Regionais, todos voltados ao processo de gestão de custos no Setor Público. Neste sentido eu considero que o Governo Federal teve grande avanço. É um processo e um desafio muito interessantes, por mais que o Governo Federal tenha avançado, há muito chão pra andar e muito espaço pra conquistar.

*DCON: A integração do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento a base de dados do SIC (Sistema de Informação de Custos do Governo Federal) contribui para melhorar a qualidade da informação de custos, em especial o monitoramento das ações orçamentárias. Assim, qual o papel do Ministério do Planejamento no fortalecimento da Cultura de Custos?*

Nelson Machado: O Sistema de Informação de Custos se apoia em dois pilares do modelo de mensuração: o monetário e o físico. O SIOP tem um conjunto de atributos físicos dos “outputs” (saída de bens e serviços) que são prestados pelos órgãos através da aplicação de recursos em seus programas, projetos e atividades. Neste sentido a integração dos dados do SIOP com aqueles existentes no SIAFI traz para o Sistema de Custos uma base de informações que permite saber quanto custa “o que”. Assim, como o SIOP está sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento isso nos indica que é fundamental a sua participação na construção desta cultura do uso da informação de custos no processo decisório. Gostaria de acrescentar que a importância MPOG se coloca não só pela questão do SIOP, mas pela modelagem do Orçamento e do

Plano Plurianual, pois é onde são colocadas, formatadas e construídas as políticas públicas transformadas posteriormente em programas, ações com os respectivos recursos alocados nas metas e ações a serem alcançadas. Essas dimensões são fundamentais no Sistema de Informação de Custos. Acrescento ainda que, essa participação se torna mais importante porque trabalhamos com o conceito da circularidade da informação, ou seja, à medida que são utilizadas as informações de custos há um processo de melhoria contínua nos sistemas estruturantes que compõem a base de dados do SIC e na sequência a melhoria do próprio SIC. É fundamental que o Ministério do Planejamento esteja próximo e receptivo as transformações e mudanças que os demais Ministérios irão demandar objetivando adequar as ações e programas constantes do orçamento aos objetos de custo, que estão sendo, por eles, definidos.

O TRABALHO DA SETORIAL DE CUSTOS É FUNDAMENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA E POSTERIORMENTE PARA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIOS PARA QUE A ALTA GESTÃO DOS ÓRGÃOS POSSA TOMAR DECISÃO

DCON: Na busca pela informação de custos que agregue valor ao processo de gestão interna dos órgãos a participação

da setorial de custos torna-se fundamental. Neste sentido quais as linhas mestres no trabalho de uma setorial de custos?

Nelson Machado: O trabalho da setorial de custos é fundamental para a construção do sistema e posteriormente para análise das informações e encaminhamento de relatórios para que a alta gestão dos órgãos possa tomar decisão. Eu diria que neste processo de trabalho com os órgãos setoriais é necessário o estabelecimento de etapas. Na primeira etapa a setorial deve ter a preocupação em entender o modelo organizacional do órgão ao qual pertence, bem como os objetos de custos que os dirigentes entendem como fundamentais em seu processo decisório. Assim, é de fundamental importância o levantamento da estrutura organizacional e um trabalho de aproximação com as gerências na definição dos objetos de custo. É imprescindível o estabelecimento de uma grande parceria com a setorial de contabilidade do Ministério, pois é nesta área que será definida a política de entrada de dados no SIAFI. É preciso o envolvimento e a compreensão do tema pela setorial de contabilidade para avaliar a possibilidade/necessidade de uso das ferramentas mais recentes disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN como

o Detalhamento de Custo – DETACUSTO (aba para entrada de informação de objeto de custos no NOVO CPR para os órgãos que fizeram a opção nas tabelas de Órgão ou Unidade Gestora) ou ferramentas que foram disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento como o Plano Orçamentário – PO e Plano Interno – PI. É preciso esta integração para a definição do modelo de entrada de dados o que, obviamente, vai condicionar o relatório gerado pelo SIC. Importante notar que o SIC não tem entradas independente de dados, assim a forma de alimentação dos dados no sistema estruturante, será refletida na qualidade da saída da informação. A qualidade da informação que entra condiciona a qualidade da informação que sai. Numa visão inicial seriam estes três trabalhos: (a) ter uma visão clara do seu organograma e (b) uma aproximação com seus dirigentes para definição dos seus objetos de custos e ainda (c) com a setorial de contabilidade para a definição do modelo de entrada de dados e, se usa ou não, as novas ferramentas que estão a disposição. No momento em que os relatórios gerados tiverem alguma maturidade, o trabalho do órgão setorial será analisar os dados e municiar os dirigentes com estas informações para facilitar o processo de tomada de decisão.

DCON: Um dos benefícios da contabilidade de custos é avaliar a gestão. Dessa forma, qual a importância da comparabilidade no processo de geração da informação de custos?

Nelson Machado: Nós precisamos compreender que a comparabilidade tem limites. Quando se constrói um sistema de custos dentro de um mesmo órgão ou ente federativo, esse sistema estará baseado nos mesmos pressupostos e modelos de acumulação, avaliação e custeio. Isto permite uma comparabilidade bastante forte e é importante que os gestores se preocupem com isso. Em um município que tem quatro, cinco, dez escolas é importante a apuração dos custos e a comparação entre elas porque aí há um certo parâmetro. Assim, é possível perceber se um gestor tem sido mais eficiente/diligente que o outro. Porém

NESTE MOMENTO O CFC ESTÁ FOCADO FORTEMENTE EM ATUAR, DIVULGAR E DEBATER AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE QUE, JÁ TRAZEM NO SEU BOJO PRATICAMENTE TODAS AS GRANDES INOVAÇÕES QUE A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO INTERNACIONAL DETÊM.

é preciso cuidado quando estamos observando escolas de municípios diferentes porque, muito provavelmente, os dados e modelos de informação talvez não sejam exatamente os mesmos. Desta forma é arriscado fazer comparações e tirar conclusões quanto a qualidade

do gestor em função do resultado obtido. No entanto é possível imaginar que escolas de municípios diferentes possam ter o custo do aluno, mais ou menos, assemelhado dentro de uma faixa. Por exemplo se em um município um aluno custa R\$ 300,00 por mês e em outro R\$ 305,00. Não posso dizer que o custo de R\$ 305,00 seja maior que o outro pois se encontram na mesma faixa, porque a diferença pode ser decorrente de uma variação de critério. É preciso que se tenha cuidado em tirar conclusões destas comparações. É importante pensar em demos fazer comparações absolutas. Outro ponto é que não se pode eleger a comparabilidade como um parâmetro fundamental no modelo de custo de maneira a amarrar todo sistema

em uma mesma metodologia e critério porque assim priorizamos o método de comparação e destruímos a possibilidade de gestor tomar decisão.

DCON: Em relação a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade

Aplicadas ao Setor Público as normas internacionais, como o Senhor descreveria o atual cenário nacional?

Nelson Machado: Neste momento estamos vivendo a maturidade do processo de convergência. Nos anos de 2008 a 2010, nós pensávamos que a convergência aos parâmetros internacionais, mais especificamente ao padrão contábil europeu, substanciado nas IPSAS seria muito mais rápido. Em alguns momentos se chegou a pensar que esta convergência seria de “mão única”, ou seja, nós, contadores do setor público brasileiro, caminharíamos para adoção dos princípios e normas contábeis internacionais materializados nas IPSAS. Isto é o que acontece com as normas contábeis aplicadas à área empresarial onde mediante os normativos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) foi adotado a IFRS, consagrada posteriormente na Lei 11.638 (Lei que altera a 6.404/1976 - Lei das Sociedades por Ações).

Diferente desta alternativa, o Setor Público trilhou um outro caminho que foi compreender melhor o conteúdo das IPSAS e partir de um certo momento definir que o processo de convergência seria longo e onde os contadores brasileiros iam se apropriando

das informações e do modelo de contabilidade europeu e ao mesmo tempo, ao participar das reuniões do IFAC, fôsemos também colocando as nossas visões, interpretações e necessidades de relatar as informações do Setor Público participando, portanto, das alterações das IPSAS como forma de fazer paulatinamente esta convergência. Então enxergamos que estamos em um momento de maturidade e, como membro do grupo assessor do Conselho Federal de Contabilidade – CFC tenho participado destas discussões e, neste momento o que estamos privilegiando é a discussão e o aprofundamento diante dos contadores brasileiros das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as NBCT 16.1 a 16.11, as quais são normas brasileiras que, de certa maneira foram construídas ao longo dos exercícios de 2009 e 2010, aprovadas pelo CFC e hoje são a base teórica da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Neste momento o CFC está focado fortemente em atuar, divulgar e debater as Normas brasileiras de Contabilidade que, já trazem no seu bojo praticamente todas as grandes inovações que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público Internacional detêm.

*DCON: Neste ano a Lei 4320/64 completa 50 anos. O Senhor entende que seria necessário reformá-la? Por que?*

Nelson Machado: Acho que a Lei 4320 é um monumento da área de finanças e da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Uma Lei com 50 anos, anterior a nossa Constituição, mas que foi por ela recepcionada, é claro que apresenta lacuna que não se poderia à época prever, como a criação do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estas foram criações da Constituição que a Lei 4320 não

tratou, deixando um vazio. Acho que no campo orçamentário seria interessante uma atualização para que ela pudesse refletir os novos momentos e instrumentos que foram criados pela Constituição. Também poderíamos imaginar que ela poderia trabalhar e harmonizar conceitos estabelecidos pela Lei Complementar 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, no tocante a questão da Contabilidade, os artigos relacionados possuem apenas terminologia antiga, mas descreve a necessidade se fazê-la sobre a ótica patrimonial. Para fazer a contabilidade que nós

precisamos hoje, não precisaria ter alteração na 4320.

O que está descrito na Lei nos permite a contabilização da receita e despesa pelo regime de competência, não a orçamentária que continua sendo registrada pelo artigo 35. Para efeito da contabilidade patrimonial nós podemos usar o regime de competência, dar uma grande importância a mensuração do patrimônio, sem promover nenhuma alteração. Neste sentido tem uma brincadeira do saudoso Professor Francisco Ribeiro que dizia que a Lei Complementar para resolver a questão da contabilidade

precisava de apenas dois artigos: observe-se as

Normas Brasileiras de Contabilidade. Revogam-se as disposições em contrário. Vejam que com apenas dois artigos estaria resolvida a questão. A contabilidade tem que seguir não uma Lei que engessa, amarra, mas as Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecida pela categoria, pelos profissionais que se reúnem para aprofundar o conhecimento, a ciência e tenha condição de estar atualizando a cada momento. Além disso, um aspecto muito importante, é que os sistemas de custos

já estão previstos no artigo 99. Este artigo possui uma visão da contabilidade industrial ainda, mas se você tiver uma interpretação e visão abrangente, necessária nestes casos, você pode pensar no sistema de custos, sem nenhum problema.

*DCON: As Normas Internacionais prezam muito por aspectos qualitativos para as informações contábeis governamentais. Neste sentido como o Senhor descreve a evolução do modelo contábil brasileiro do Setor Público?*

Nelson Machado: Eu acho que estamos avançando bastante. A própria Norma Brasileira de Contabilidade já criou alguns relatórios novos, como a Demonstração do Fluxo de Caixa que é uma informação muito importante. No tocante as informações qualitativas entendo que temos que avançar muito ainda na identificação dos ativos. Acho que é um processo que contém muitas falhas em todos os entes federativos. Entendo que precisamos registrar corretamente os ativos e depois entramos na avaliação da qualidade da informação. Este é um segundo momento e acho que vamos chegar lá. Neste momento não vamos nos preocupar em como avaliar o ativo ao seu valor justo se ainda não o tenho no seu valor histórico.

Vamos priorizar o levantamento e registro dos ativos, nem que seja somente pelo valor histórico. Depois que este problema tiver sido resolvido, ou seja, todos ativos devidamente contabilizados como móveis, utensílios, equipamentos, aí é que de fato deve se preocupar com a avaliação, se está adequada, ajustar melhor e assim por diante. É preciso ser prático: vamos cuidar primeiro daquilo que é básico, ou seja os valores dos ativos, passivos, provisões.

*DCON: A consolidação das demonstrações contábeis parece ser um grande desafio aos entes públicos brasileiros no processo de convergência. Qual a opinião do Senhor em relação a esta situação?*

Nelson Machado: A consolidação das demonstrações contábeis no Setor Público é

**A CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO É UM DESAFIO MUNDIAL, NÃO SE RESTRINGINDO APENAS AO BRASIL. TODOS OS PAÍSES TEM DIFICULDADE PARA FAZER ESTA CONSOLIDAÇÃO E, ALIÁS, TEM QUE PAÍSES QUE NEM FAZEM.**

um desafio mundial, não se restringindo apenas ao Brasil. Todos os países tem dificuldade para fazer esta consolidação e, aliás, tem que países que nem fazem. Realiza somatório, estatística, amostragem para definir o volume

de recursos gastos pelo setor público e o dispêndio global. Aqui estamos enfrentando o desafio de fazer consolidação e há muito tempo estamos nesta trilha. O Brasil realiza este processo partindo da Lei 4320 que deixou uma marca de uniformidade a partir do padrão existente no plano de contas permitindo um grau de consolidação. Obviamente que temos algumas diferenças e dificuldades como a eliminação de dupla contagem mas, de fato, avançamos muito. Agora, com o novo Plano de Contas e novos demonstrativos contábeis aplicados ao Setor Público, seguramente podemos criar melhores condições para fazer esta consolidação. Hoje, a partir desta base conceitual e uniforme, nós vamos ter sistemas de informação, como por exemplo o SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) onde cada ente federativo vai

colocar as suas informações em um determinado padrão e aí nós vamos ter um processo de consolidação muito mais adequado e com maior qualidade. Certamente estamos avançando muito neste processo de consolidação. ■



# Conhecendo o alicerce das Demonstrações Contábeis

## BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da União compõem a Prestação de Contas da Presidenta da República, sendo integradas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União. Abrangem as entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes que sejam integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme determina a Lei 12.708/2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria MF nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Nesse sentido, o Decreto nº 6.976/2009, traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa diretriz.

Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade

Federal, iniciou um conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público. Tais ações contribuíram para a melhoria do nível de qualificação dos servidores envolvidos, contribuindo assim para o cumprimento do Princípio da Eficiência na Gestão do Patrimônio Público.

Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas ações vêm ocorrendo de forma gradual e têm como principais objetivos:

**a.** A convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – Ipsas), publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC.

**b.** A convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, em 2008, foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBC-T-16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirvam não só ao cumprimento dos

aspectos legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio.

c. A adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 e pela Portaria STN nº 437/2012.

As Demonstrações Contábeis da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP - NBC-T 16.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, que é um instrumento

utilizado para evidenciação das variações dos elementos do Patrimônio Líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente o Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas.

Como as Demonstrações Contábeis da União abrangem as entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes que sejam integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas, utiliza-se critério de exclusão de itens, que elimina dos demonstrativos as transações entre os órgãos e entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, uma vez que esses valores são compensáveis dentro da nova unidade contábil. É importante ressaltar, que apenas as empresas estatais dependentes (que recebem recursos da União para custear suas folhas de pagamentos) fazem parte dessa consolidação. As demais, as empresas públicas, ditas independentes, são avaliadas e reconhecidas como investimentos.

## Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

### RECEITAS E DESPESAS DEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

As despesas orçamentárias são registradas, inicialmente, no momento da emissão do empenho, ato este que segue o Princípio da Anualidade Orçamentária. Ao longo do exercício são feitos registros relativos às etapas de liquidação e de pagamento das despesas orçamentárias. Conforme descrito na Lei nº 4.320/1964, o valor total das despesas orçamentárias compreende o montante empenhado no exercício, estando incluso nesse montante os restos a pagar não processados (despesas empenhadas, porém não liquidadas no mesmo exercício).

### ENTRADAS E SAÍDAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contabilização dessas entradas e saídas envolve os recursos que independem de sua autorização na lei orçamentária anual, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos), no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

### DISPONÍVEL – ATIVO FINANCEIRO

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original (custo histórico), feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original (custo histórico), atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

### CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO – ATIVO FINANCEIRO

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original (custo histórico), feita a conversão,

quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os referidos créditos estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Também está sendo realizada a baixa de valores dos créditos prescritos ou incobráveis, assim como, a mensuração e evidenciação das perdas prováveis.

### ESTOQUES – VALORES

#### REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO – ATIVO NÃO FINANCEIRO

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

Está sendo adotado, de modo gradual, o procedimento de redução ao valor recuperável do estoque quando o valor de mercado for menor que o valor de aquisição, de produção ou de construção.

### OUTROS VALORES

#### REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO E VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO – ATIVO NÃO FINANCEIRO

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores

Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original (valor histórico).

Também estão sendo realizadas baixas de valores dos créditos prescritos ou incobráveis, assim como, a mensuração e evidenciação das perdas prováveis.

### PROVISÃO DA DÍVIDA ATIVA – VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO – ATIVO NÃO FINANCEIRO

Para constituição das perdas estimadas, à exceção da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, conforme consta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos e no Manual SIAFI.

O MCASP apresenta duas metodologias para constituição do ajuste para perdas:

- com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste; e
- baseada no histórico de recebimentos passados.

O MCASP reitera que a metodologia com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste é a que melhor reflete a situação patrimonial da entidade, mas reconhecendo a maior dificuldade de sua implementação, apresenta como alternativa a metodologia

baseada no histórico de recebimentos passados.

O objetivo da PGFN é a implementação de uma classificação de créditos, projeto que se encontra no planejamento da instituição, o que permitirá a evidenciação, de modo mais preciso, a composição do estoque da Dívida Ativa da União – DAU, permitindo assim um cálculo ainda mais adequado do ajuste para perdas. Nesse sentido, o Ministério da Fazenda – MF está constituindo Grupo de Trabalho composto por representantes da PGFN, STN, RFB e Secretaria Executiva do MF para em conjunto proporem melhorias na forma de contabilização da dívida ativa, incluindo a discussão sobre o cálculo do ajuste para perdas prováveis.

Assim, devido à falta desse detalhamento mais criterioso da Dívida Ativa da União – DAU utilizou-se para a constituição da provisão para perdas o critério de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a metodologia do histórico de recebimentos passados do MCASP para as demais situações.

#### PROVISÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO – ATIVO NÃO FINANCEIRO

Para a constituição das perdas estimadas foi utilizada a

metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

#### EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – ATIVO NÃO FINANCEIRO

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN compõem-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação.

A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

Em razão da existência de cláusulas nos contratos vigentes, que permite o bloqueio de recursos a ser transferido para os entes devedores, quando houver inadimplência, há recuperabilidade de 100% dos valores

a receber dentro do exercício, o que torna desnecessária a constituição de perdas estimadas para os referidos valores a receber.

#### INVESTIMENTOS – PERMANENTE

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que também é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

#### IMOBILIZADO – PERMANENTE

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, a avaliação obedece aos seguintes critérios:

a. As reavaliações dos imóveis cadastrados no SPIUnet que integram estas demonstrações são elaboradas pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdicionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário;

b. Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas Unidades Gestoras – UG.

#### INTANGÍVEL – PERMANENTE

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

#### DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO – PERMANENTE

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma

base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010. Por isso, está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão, respeitando-se o cronograma indicado no Manual SIAFI.

Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos exercícios anteriores, conforme cronograma indicado pelo Manual SIAFI, e após a realização do ajuste de seus valores.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno, tendo em vista o benefício da informação, ou quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### DEPÓSITOS – PASSIVO FINANCEIRO

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até o final do exercício. Tais recolhimentos são efetuados em cumprimento a determinações legais ou contratuais.

Uma parcela desses valores são atualizados de acordo com os condições descritas em lei e em contratos. A outra parcela é avaliada a custo histórico.

#### RESTOS A PAGAR – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO – PASSIVO FINANCEIRO

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas (empenhadas e liquidadas) e não

processadas (empenhadas, mas não liquidadas).

Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade.

Foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no art. 119, §4º, inciso II da Lei nº 12.708/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

– MCASP, à Lei nº 4.320/1964 e aos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderá ser efetuada.

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITOS – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO – PASSIVO NÃO FINANCEIRO

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

**a. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi** – foi avaliada pelo valor a pagar ao final do exercício, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e

**b. Dívida Pública Federal Externa – DPFe** – foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação ao final do exercício.

## Procedimentos Especiais

### CONVERSÃO DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações contábeis dos órgãos com unidades em moeda estrangeira são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício.

A taxa utilizada é a oficial do Banco Central do Brasil do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar

valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade, no Balanço Orçamentário.

### INTEGRAÇÃO DE SALDOS CONTÁBEIS

Cinco entidades, relacionadas na tabela abaixo, da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não têm seus patrimônios e seu planejamento orçamentário evidenciados nas demonstrações contábeis da União, aplicadas às entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, seja pelo critério de consolidação ou das participações permanentes (investimentos). Porém, por determinação do Tribunal de Contas da União, os saldos do Balanço Patrimonial da União são consolidados com os saldos dessas entidades e demonstrados em notas explicativas.

Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Banco Central do Brasil - BCB
Fundação Habitacional do Exército
Reserva Global de Reversão
Conta de Desenvolvimento Energético

### RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB

A STN, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN, efetuou lançamentos na conta contábil *Resultado Negativo BCB – Custos das Reservas*, gerando saldo de R\$ 9,9 bilhões em 31/12/2012, tendo em vista o registro e a liquidação dos Resultados da Equalização das Reservas/Derivativos Cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, apurado no exercício de 2012, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta MF/BCB nº 125/2008. Este valor permaneceu inalterado até 31/12/2013 que, conforme a legislação retro mencionada, determina que o Resultado Negativo deve ser pago, pela União ao BCB, até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das demonstrações contábeis do BCB, ou seja, deverá ser pago em janeiro de 2014.

Por sua vez, o *Resultado BCB – Custos das Reservas* no 1º e 2º semestre de 2013 foram positivos em R\$ 15,7 e 15,9 bilhões respectivamente, registrados na conta contábil – *Resultado Positivo BCB – Custos das Reservas*, sendo o valor do 1º semestre atualizado em R\$ 295,7 milhões, totalizando cerca R\$ 16 bilhões, cujo

crédito na Conta Única ocorreu em setembro/2013 e para o 2º semestre a previsão de crédito é em março/2014.

Os resultados negativos se constituem em obrigação da União com o Banco Central do Brasil, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação das Demonstrações Contábeis pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Por sua vez, os resultados positivos são obrigação do BCB com a União, devendo ser objeto de crédito na Conta Única até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação das demonstrações pelo CMN.

### CONCILIAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Receitas e despesas intraorçamentárias, conforme portaria 338/2006, da SOF, são operações que resultam de despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo. ■

BALANÇO PATRIMONIAL		
R\$ milhares		
ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		
Disponível	690.952.547,63	675.212.752,40
Créditos em Circulação	58.334.470,04	54.990.783,34
Ativo Financeiro a Longo Prazo	29.953,10	30.401,55
<b>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>749.316.970,78</b>	<b>730.233.937,28</b>
<b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>		
Realizável a Curto Prazo	284.317.890,81	203.501.597,61
Realizável a Longo Prazo	2.589.294.777,16	2.207.538.842,61
	<b>2.873.612.667,97</b>	<b>2.411.040.440,22</b>
Permanente		
Investimentos	295.162.235,93	286.189.940,55
Imobilizado	661.797.004,01	536.184.785,40
Intangível	1.528.756,11	921.587,14
Diferido	17.571,08	19.384,55
	<b>958.505.567,13</b>	<b>823.315.697,64</b>
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>3.832.118.235,10</b>	<b>3.234.356.137,86</b>
<b>ATIVO REAL</b>	<b>4.581.435.205,88</b>	<b>3.964.590.075,14</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>1.396.981.149,28</b>	<b>1.139.093.980,34</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.978.416.355,16</b>	<b>5.103.684.055,48</b>

BALANÇO PATRIMONIAL		
(continuação)		
R\$ milhares		
PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		
Depósitos	18.975.204,04	16.138.737,29
Obrigações em Circulação	236.420.163,97	189.308.770,80
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.413.794,66	974.663,95
Passivo Financeiro a Longo Prazo	24.575,90	16.307,70
<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>256.833.738,57</b>	<b>206.438.479,74</b>
<b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>		
Obrigações em Circulação	656.607.743,49	525.234.453,17
Exigível a Longo Prazo	2.482.383.433,84	2.469.545.009,79
Resultado de Exercícios Futuros	3.141.234,04	2.021.666,81
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>3.142.132.411,37</b>	<b>2.996.801.129,77</b>
<b>PASSIVO REAL</b>	<b>3.398.966.149,94</b>	<b>3.203.239.609,51</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio Social/Capital Social	1.183.412.766,68	762.532.775,60
Reservas	8.247.154,69	7.545.449,94
Ajustes de Avaliação Patrimonial	263.254,36	109.201,46
Resultados Acumulados	(9.454.119,78)	(8.836.961,38)
Resultado do Exercício	(835.668,95)	(1.828.132,03)
Resultados de Exercícios Anteriores	(8.618.450,83)	(7.008.829,34)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.182.469.055,94</b>	<b>761.350.465,63</b>
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>1.396.981.149,28</b>	<b>1.139.093.980,34</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.978.416.355,16</b>	<b>5.103.684.055,48</b>



# XIX PRÊMIO TESOURO NACIONAL 2014

## Concurso de Monografia em Finanças Públicas

### Temas

1. Política Fiscal
2. Economia do Setor Público
3. Tópicos Especiais

Inscrição e  
Postagem  de Monografias **20/fev/2014**  
a **15/set/2014**



Premiação  
em cada tema

**R\$ 20 mil**  
1º colocado

**R\$ 10 mil**  
2º colocado

**R\$ 5 mil**  
3º colocado

Regulamento   
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)



### Informações:

[premio-stn.df.esaf@fazenda.gov.br](mailto:premio-stn.df.esaf@fazenda.gov.br)

(61) 3412-6286 | 3412-6018

Patrocínio



Realização



Idealização

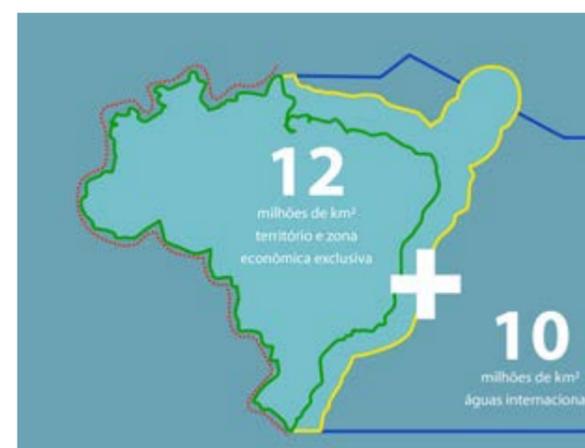


Ministério da  
Fazenda



# Por dentro da Contabilidade

COMANDO DA AERONÁUTICA



O lema da Força Aérea Brasileira (FAB) *Asas que protegem o País* tem a dimensão de quase três vezes o tamanho do Brasil. A defesa e o controle de responsabilidade da FAB estendem-se por 22 milhões de km<sup>2</sup>, compreendendo 12 milhões de km<sup>2</sup> do território nacional e da zona econômica exclusiva mais 10 milhões de km<sup>2</sup> de águas internacionais, área total conhecida como *Dimensão 22*.

Para cumprir a missão de manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria, a Aeronáutica gerencia um patrimônio expressivo, que requer métodos, procedimentos, normas, sistemas e controles de natureza contábil adequados e consistentes.

Surge nesse contexto a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), Setorial Contábil do Comando da Aeronáutica (COMAER), nos termos do Decreto nº 6.976/2009, responsável pelos assuntos de Contabilidade junto a 149 Unidades Gestoras (UG) no

país e 2 no exterior, conduzidos com base nas diretrizes no Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Hoje, a Contabilidade Federal passa por momento ímpar de evolução e prepara-se para salto importante de qualidade em apoio à gestão pública. O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e o aperfeiçoamento normativo da STN - o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - trouxeram luz sobre novos conceitos e preparam novo ambiente, no qual propõe desafios aos profissionais de Contabilidade, mas também oportunidade para que todos se desenvolvam.

O COMAER, por intermédio da SEFA, atento ao cenário externo e à evolução da Contabilidade Federal, tem atuado de forma ativa nos projetos e processos de mudanças liderados pela STN, o que tem permitido a adequada condução dos temas relacionados à Contabilidade no âmbito da Aeronáutica.

Na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Contabilidade e diante da obrigação de registrar e evidenciar os atos e fatos da gestão do patrimônio público de responsabilidade do

COMAER, com o objetivo de orientar processos de prestação de contas e de subsidiar processos de tomada de decisão, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito, instituiu o Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER), por intermédio da Portaria nº 46/GC3, de 15 de janeiro de 2014.

O funcionamento do SISCONTAER é disciplinado pela Norma de Sistema do COMAER, NSCA 172-1/2014, na qual estão estabelecidas a finalidade, a estrutura e as competências dos elos do Sistema. A Norma tem como referência o resultado do projeto Estratégia Organizacional da SEFA, cuja orientação é pautada em gerenciamento de processos. Nesse sentido, as atividades da Contabilidade da Aeronáutica são abordadas como um ciclo de processos integrados composto pela orientação normativa, suporte da execução contábil, monitoramento e controle das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, e análise e elaboração de informações gerenciais, com foco, em última análise, no usuário da informação contábil.

## MISSÃO DA AERONÁUTICA: MANTER A SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO NACIONAL COM VISTAS À DEFESA DA PÁTRIA.

### Orientação Normativa

A *orientação normativa* é um processo voltado para a elaboração de regras de procedimentos contábeis aplicados ao COMAER. Fundamenta-se nas normas emanadas da STN, que são divulgadas por meio do Manual SIAFI, bem como no referencial teórico contido no MCASP.

O Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do COMAER (MCA 172-3/Digital), como é denominado, descreve as rotinas contábeis aplicáveis às UG da Aeronáutica, associando-as aos atos e aos fatos de gestão típicos do Órgão, com linguagem amigável e ideias encadeadas.



Trata-se de ferramenta consolidada no SISCONTAER, permanentemente atualizada pela SEFA, que prevê padronização e controle, pois define quais procedimentos contábeis devem ser empregados pelos gestores. É, portanto, referência para a gestão, contribui para a manutenção da consistência dos registros contábeis da Aeronáutica e serve de base para a condução do processo de suporte da execução contábil.

### Suporte da Execução Contábil

O *suporte da execução contábil* envolve aspectos relacionados às rotinas e aos procedimentos contábeis aplicáveis às execuções orçamentária, financeira e patrimonial praticadas pelos elos executivos do SISCONTAER no SIAFI, bem como questões operacionais de utilização do referido Sistema do Governo Federal. Objetivamente, refere-se ao apoio técnico prestado diretamente aos gestores do COMAER pela SEFA, para subsidiar a fluidez da gestão com plena observância dos procedimentos contábeis padronizados.

Como forma de manter e aprimorar a atividade de suporte, a SEFA interage com os elos executivos do SISCONTAER, no

sentido de assegurar a suficiência da norma escrita - MCA 172-3/Digital - e verificar o nível de satisfação dos usuários com o trabalho desenvolvido pela equipe de apoio técnico.

A cada interação da SEFA com os usuários, é dada oportunidade a eles para avaliar o atendimento prestado. Esses dados são reunidos e compõem indicador de resultado que permite identificar o desempenho da atividade de suporte e, pontualmente, adotar medidas preventivas ou corretivas para eventos que tenham culminado com avaliações diferentes de “plenamente satisfeito”.

## NA BUSCA PELO CONTÍNUO APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE, O COMANDO DA AERONÁUTICA INSTITUIU O SISTEMA DE CONTABILIDADE DO COMANDO DA AERONÁUTICA (SISCONTAER)

### Monitoramento e o Controle da Execução Contábil

O *monitoramento e o controle da execução contábil* devem ser exercidos no âmbito interno de todos os elos do SISCONTAER, com o objetivo de garantir a aderência da gestão às instruções e às orientações contábeis da SEFA e consequentemente a boa qualidade das contas do COMAER. A execução desse processo é apoiada na utilização de ferramentas de acompanhamento contábil disponíveis no SIAFI e tem como referência as características das execuções orçamentária, financeira e patrimonial das UG do COMAER. Tal atividade permite não só avaliar as operações dos elos executivos do SISCONTAER como também atuar, oportunamente, na correção de

eventuais práticas contábeis que estejam em desacordo com as normas em vigor.

Nesse contexto, a conduta da SEFA tem sido a de prover diretriz aos elos do SISCONTAER, para que possam exercer o monitoramento contábil de suas gestões, associando a isso política de conformidade contábil austera, baseada em acompanhamento rotineiro e em atitude proativa em relação aos saldos apresentados nos balancetes do SIAFI de cada Unidade Gestora.

Como estímulo à busca permanente pela consistência das contas do COMAER e da oportunidade dos registros contábeis, a SEFA possui, também, política de premiação destinada a distinguir os elos executivos que apresentem nível de excelência na execução contábil no SIAFI. Trata-se de avaliação mensal do desempenho das UG, representada pela atribuição de “nota”, denominada “*Grau de Performance Contábil*”, que é divulgada ostensivamente a todas Organizações do COMAER no sítio da SEFA na intranet (intranet do COMAER).

Essa experiência, iniciada em julho de 2013, impulsionou os gestores a perseguir o mais alto nível de qualidade das contas das UG e aproximou a direção das Organizações do “universo contábil” e da potencialidade da Ciência como instrumento de gestão.

### Análise e Elaboração de Informações Gerenciais

A *análise e a elaboração de informações gerenciais* é o processo que corresponde ao exame da execução contábil das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas dos elos setoriais do SISCONTAER, responsáveis pela gerência de macroatividades no COMAER.

Nesse sentido, a SEFA busca atrair cada vez mais a atenção de gerentes para a importância da contabilidade para o processo decisório, oferecendo-lhes relatórios que indiquem pontos de controle na gestão de suas atividades, tais como a comparabilidade interna e temporal no consumo de recursos entre as Unidades Gestoras.

A Secretaria procurou afastar a eventual visão negativa sobre custos, intensificando a ideia de que os custos

nada mais refletem do que o emprego dos recursos públicos em prol do sucesso no cumprimento da missão. Buscou-se, dessa forma, dar ênfase a indicadores contábeis capazes de auxiliar na gestão das atividades.

### AS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE DA AERONÁUTICA SÃO ABORDADAS COMO UM CICLO DE PROCESSOS INTEGRADOS.

Assim, no ano de 2013, a SEFA reuniu-se com os responsáveis pela gestão de cada uma das macroatividades

do COMAER, ocasião em que apresentou o registro da execução de suas execuções, a partir de uma detalhada leitura dos custos envolvidos no processo. O resultado positivo dessa ação foi permitir à setorial concentrar esforços na elaboração de informações gerenciais alinhadas aos interesses dos gerentes.

Por outro lado, proporcionar aos elos setoriais o acesso às informações gerenciais, em uma complexa estrutura pública, é sempre um grande desafio. Naturalmente, a extração e a consolidação de dados não seriam possíveis sem o uso de sistemas informatizados. Nesse cenário, a utilização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC contribuiu fortemente para o sucesso das tarefas de produção de informações gerenciais.

No que se refere aos desafios futuros, pretende-se, ainda, incrementar a gestão de custos no COMAER por meio do desenvolvimento de ferramenta informatizada que permita efetuar a imputação de custos indiretos às atividades finalísticas, seguindo direcionadores de custos construídos com base em indicadores físicos das macroatividades.

Dessa forma, a sistemática do ciclo de processos integrados permite que o Sistema de Contabilidade do COMAER atue de forma harmônica, subsidiando as atividades gerenciais, além de estabelecer de forma clara e coerente a ligação das UG do Comando ao Sistema de Contabilidade Federal. ■

O Tesouro Gerencial substituirá o SIAFI Gerencial para consulta dos dados do SIAFI 2015 em diante.

O Tesouro Gerencial vai permitir a elaboração de relatórios baseados em dados do SIAFI com mais **flexibilidade e possibilidades bastante superiores** de análise, associação, combinação, filtragem e apresentação.

A elaboração desses relatórios se faz por meio da utilização de diversos tipos de objetos, que representam os dados do SIAFI.

O próprio relatório é um objeto, o que permite uma gestão das consultas da unidade parecida com a manipulação de arquivos: um relatório pode ser copiado, renomeado, movido, gravado em pastas etc.

O sistema disponibiliza pastas particulares para cada usuário e pastas compartilhadas para todos os usuários de uma unidade.

**Granularidade bastante ampliada:** dados provenientes dos lançamentos contábeis, o que permite o relacionamento de saldos com documentos, detalhamento de valores por dia etc.

**Modelagem multidimensional:** será possível num mesmo relatório relacionar atributos (“parâmetros”) relacionados a saldos contábeis, campos de documentos e campos de tabelas.



**TESOURO  
GERENCIAL**

# Análise das Demonstrações Contábeis da União

## BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da União e demonstra a posição estática dos ativos e passivos da União no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos administrativos no grupo intitulado Compensado.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por competência e em função da estrutura do Plano de Contas da Administração Federal, adotou nova metodologia, promoveu alterações na estrutura do Balanço Patrimonial, em que o Ativo Permanente e o Passivo Permanente passaram a se chamar Ativo não Financeiro (dependente de autorização legislativa) e Passivo não Financeiro (dívida fundada e demais passivos que dependem de autorização legislativa para serem amortizados ou resgatados), e o saldo patrimonial passou a ser o Patrimônio Líquido.

O Balanço Patrimonial demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial. Em 2013, por exemplo, os procedimentos de

contabilização da depreciação, amortização e exaustão que vêm acontecendo desde 2010 impactaram o patrimônio da União, com valores mais representativos.

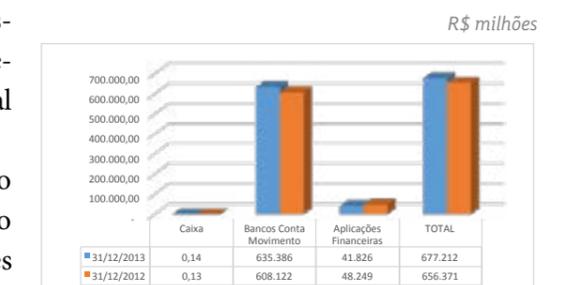
### Ativo

#### ATIVO FINANCEIRO – DISPONÍVEL

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira.

No gráfico 1 a seguir, visualiza-se a composição do disponível em moeda nacional:

GRÁFICO 1. DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL



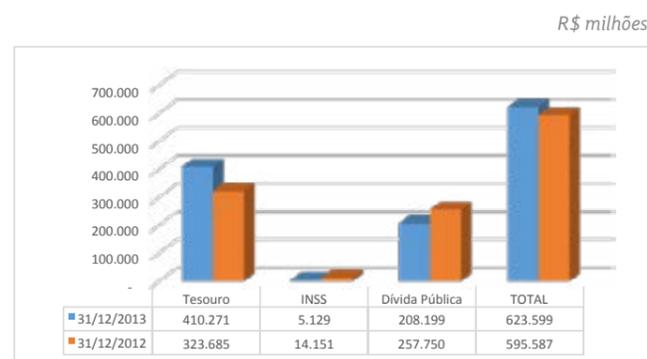
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Vale frisar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra o grupo “Bancos

Conta Movimento” em “Disponível em Moeda Nacional” (98,1% em 31 de dezembro de 2013 e 97,9% em 31 de dezembro de 2012). Atualmente, a conta única é subdividida em três segmentos: a destinada à administração da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional.

Essa segmentação é para maior controle, e, em especial, a segmentação da movimentação financeira do INSS ocorre também por exigência constitucional, conforme preceitua o artigo 167, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, no qual veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais, de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social. A seguir, o gráfico 2, demonstra os montantes por segmento.

**GRÁFICO 2.** DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL – BANCOS  
CONTA MOVIMENTO - CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação normalmente observada entre as disponibilidades do “Tesouro” e as destinadas à administração da “Dívida Pública” ocorre, principalmente, em função do procedimento utilizado para pagamento dos títulos da dívida da União. Num primeiro momento, o Tesouro Nacional efetua os pagamentos utilizando os recursos disponíveis na subconta “Tesouro”, e, posteriormente, esses recursos são repostos por meio de transferência de valores da subconta “Dívida Pública”, o que, geralmente, causa variações de grande volume entre essas subcontas.

Além dos valores apresentados acima, integram “Bancos Conta Movimento” as disponibilidades dos Fundos Constitucionais no valor de cerca de R\$ 10,9 bilhões e outras contas no valor de R\$ 0,9 bilhão.

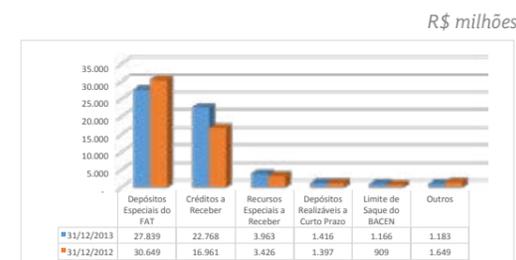
No “Disponível em Moeda Nacional – Aplicações Financeiras”, enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato, que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que compõe a rubrica “Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE”, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R\$ 26,7 bilhões em 2013 e com R\$ 34,4 bilhões em 2012.

**ATIVO FINANCEIRO – CRÉDITOS  
EM CIRCULAÇÃO**

Os Créditos em Circulação representam os direitos realizáveis até o fim do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos, empréstimos, valores em trânsito e outros.

A composição dos Créditos em Circulação é demonstrada no próximo gráfico:

**GRÁFICO 3.** CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

O item mais significativo se refere a depósitos especiais do FAT, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego,

recolhidos ao Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste S.A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. As aplicações são realizadas em conformidade com a Lei nº 8.352/1991, sendo os recursos remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

O item “Créditos a Receber” se refere a direitos a receber de diversas origens, como receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à conta única; créditos tributários devidos pela aquisição de bens; benefícios pagos aos empregados a recuperar por se tratar de gastos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; entre outros.

**ATIVO NÃO FINANCEIRO –  
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO  
– CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO**

Os fatores que mais influenciaram a variação do item “Créditos em Circulação”, no Realizável a Curto Prazo, em 2013, foram o acréscimo de R\$ 28,8 bilhões no item “Empréstimos e Financiamentos” e de quase R\$ 38 bilhões no item “Diversas Provisões”. Dos empréstimos e financiamentos da União, destaca-se os créditos decorrentes

dos refinanciamentos das dívidas de Estados e Municípios, geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e os contratos de financiamentos junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal – CEF. O aumento verificado nessa rubrica, no exercício de 2013, explica-se principalmente pela adição de novos contratos junto ao BNDES e à CEF.

O quadro a seguir evidencia as variações do grupo “Créditos em Circulação”, do Realizável a Curto Prazo:

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Empréstimos e Financiamentos	107.531	78.674	37%
Créditos Tributários a Receber	105.713	108.500	-3%
Adiantamentos Concedidos	34.893	25.643	36%
Resultado Positivo do BACEN	15.919	12.172	31%
Diversos Responsáveis	15.324	13.851	11%
Créditos Administrativos	1.810	1.203	50%
Fornecimentos a Receber	992	1.041	-5%
Outros Créditos em Circulação	1.554	723	115%
Diversas Provisões	(20.673)	(58.670)	-65%
TOTAL	263.063	183.136	44%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

**ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A LONGO  
PRAZO – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

A seguir é demonstrado a composição dos Créditos Realizáveis a Longo Prazo e as variações dos itens que compõem o grupo:

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Créditos da União, Estados e Municípios	36.726	29.999	22%
Devedores - Entidades e Agentes	383	366	5%
Empréstimos e Financiamentos	1.329.777	1.225.462	9%
Provisão para Devedores Duvidosos (LP)	(70.500)	(74.689)	-6%
Créditos a Receber	18.411	17.559	5%
Provisão para Perdas Prováveis	(8.322)	(7.018)	19%
Dívida Ativa (LP)	1.406.777	1.291.295	9%
Provisão para Dívida Ativa (LP)	(1.027.990)	(965.706)	6%
Crédito Tributário a Receber (LP)	1.036.843	825.869	26%
Provisão para Crédito Tributário a Receber (LP)	(133.284)	(136.073)	-2%
TOTAL	2.588.822	2.207.065	17%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

ATIVO NÃO FINANCEIRO –  
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – CRÉDITO  
TRIBUTÁRIO A RECEBER E PROVISÃO

Em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB iniciou a contabilização da provisão para perdas dos créditos tributários federais lançados sob sua administração. Em 2013, observa-se um aumento no Crédito Tributário a Receber, líquido da Provisão para Crédito Tributário, no montante de R\$ 214 bilhões, aproximadamente.

ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL  
A LONGO PRAZO – DÍVIDA ATIVA

O item “Dívida Ativa – LP”, está detalhado no quadro a seguir, em conjunto com a respectiva provisão para perdas:

R\$ milhões

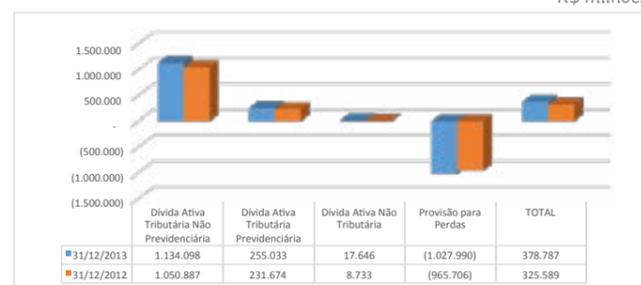
	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Créditos Inscritos	1.406.777	1.291.295	8,90%
Provisão para Perdas	(1.027.990)	(965.706)	6,40%
TOTAL	378.787	325.589	16,30%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A maior parte do aumento observado na inscrição de novos créditos ocorreu devido aos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R\$ 84 bilhões, não computada a provisão. A composição da dívida ativa pode ser observada no gráfico 4.

GRÁFICO 4. COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

R\$ milhões

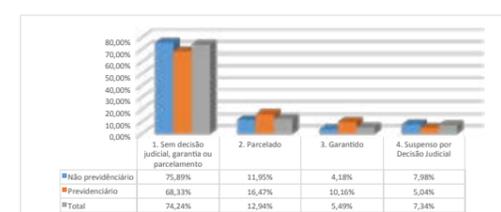


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Para constituição da provisão, à exceção da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

Em relação aos créditos sob a gestão da PGFN, a Coordenação-Geral da Dívida Ativa – CDA/PGFN formulou levantamento sobre o estoque da Dívida Ativa da União – DAU, tendo encontrado o cenário demonstrado no gráfico 5:

GRÁFICO 5. COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA DA PGFN



Fonte: CDA/PGFN.

Conforme análise da CDA/PGFN, demonstrada no item 2 do gráfico 5, do estoque de créditos tributários e não tributários não previdenciários, cerca de 11,95% encontram-se parcelados em suas diversas modalidades. Quanto ao crédito previdenciário esse percentual é de 16,47%. Esse montante não foi considerado no ajuste para perdas, tendo em vista que o parcelamento tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito, assim o contribuinte não pode ser considerado inadimplente. Caso, posteriormente, o sujeito passivo deixe de quitar a moratória, o saldo devedor restante será transferido para os créditos detalhados na situação 1 (um) do gráfico 5 e, portanto, entrará na rotina de cobrança.

Do total inscrito em DAU, 4,18% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 10,16% do crédito

previdenciário está garantido (item 3 do gráfico 5), seja por depósito em dinheiro, seguro-garantia, carta-fiança ou penhora. Esses valores serão convertidos em renda para a União ou cancelados em razão de decisão judicial, logo, não constam da base de cálculo do ajuste para perdas.

E, conforme pode ser observado no item 4, do mesmo gráfico, do crédito tributário e não tributário não previdenciário, 7,98% tem sua exigibilidade suspensa em razão de ordem judicial. Nos créditos previdenciários o percentual é de 5,04%. A PGFN não pode prosseguir a execução nesses casos, assim, os referidos valores não constam da base de cálculo do ajuste para perdas, devendo-se aguardar o fim da discussão que fundamentou a suspensão para que a PGFN possa efetuar a cobrança ou cancelar o crédito por ordem do juízo.

GRÁFICO 6. SEM DECISÃO JUDICIAL, GARANTIA OU PARCELAMENTO



Fonte: CDA/PGFN

Analisando, por meio do gráfico 6, a composição dos créditos tributários e não tributários sem decisão judicial, garantia ou parcelamento, 52,42% do não previdenciário e 43,60% do previdenciário está ajuizado e o respectivo processo de cobrança está em curso há menos de 10 anos. Destaque-se que, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

– IPEA<sup>1</sup>, os processos de execução fiscal da PGFN têm duração média de 9 anos, 9 meses e 16 dias. Ou seja, estatisticamente, este é o tempo médio de cobrança judicial do crédito.

Por fim, apenas 5,95% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 3,95% do crédito previdenciário não está ajuizado, sendo que, desse montante, 5,09% do crédito tributário e não tributário não previdenciário e 2,82% do previdenciário tem menos de 5 anos de inscrição, logo, não se encontra prescrito e pode ser cobrado. Vale dizer que, por determinação legal, apenas os créditos de valor maior ou igual a R\$ 20.000,00 devem ser ajuizados, os que não se enquadram nesse critério são cobrados por outros mecanismos, como a nova medida de protesto extrajudicial, que no ano de 2013 apresentou índice de recuperação de 15,86%.

O aperfeiçoamento do cálculo de ajuste para perdas depende da realização de um estudo pormenorizado do índice de recuperabilidade do crédito inscrito e de critérios de classificação de créditos que espelhem, levando em consideração o perfil da dívida inscrita e do devedor titular, sua real possibilidade de recuperação.

O Manual de Contabilidade Aplicado Setor Público – MCASP apresenta duas metodologias para constituição do ajuste para perdas:

- com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste; e
- baseada no histórico de recebimentos passados.

O MCASP reitera que a metodologia com base na avaliação de estoque para cálculo do ajuste é a que melhor reflete a situação patrimonial da entidade, mas reconhecendo a maior dificuldade de sua implementação, apresenta como alternativa a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados.

O objetivo da PGFN é a implementação de uma classificação de créditos, projeto que se encontra no planejamento da instituição, o que permitirá a

1 IPEA. *Custo e Tempo do Processo de Execução Fiscal Promovido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/111230\\_notatecnicadiest1.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/111230_notatecnicadiest1.pdf)>

evidenciação, de modo mais preciso, a composição do estoque da Dívida Ativa da União, permitindo assim um cálculo ainda mais adequado do ajuste para perdas. Nesse sentido, o Ministério da Fazenda – MF está constituindo grupo de trabalho composto por representantes da PGFN, STN, RFB e Secretaria Executiva do MF para em conjunto proporem melhorias na forma de contabilização da dívida ativa, incluindo a discussão sobre o cálculo do ajuste para perdas prováveis.

Assim, devido à falta desse detalhamento mais criterioso da Dívida Ativa da União, utilizou-se para a constituição da provisão para perdas o critério de 100% de recuperabilidade para os créditos parcelados, garantidos e suspensos por decisão judicial e a metodologia do histórico de recebimentos passados, do MCASP, para as demais situações.

#### ATIVO NÃO FINANCEIRO – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CURTO E LONGO PRAZO

R\$ - em milhões

Curto Prazo	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Empréstimos concedidos	64.236	37.953	69%
Financiamentos concedidos	12.825	11.748	9%
Operações especiais	22.770	22.197	3%
Resíduos de empréstimos concedidos	7.620	6.681	14%
Provisão para perda de empréstimos e financiamentos	(1.074)	(1.405)	-24%
Outros	81	95	-14%
Total	106.457	77.269	38%

A maior parte dos Empréstimos e Financiamentos de curto prazo refere-se à Haveres Financeiros junto a Estados e

Municípios, gerido pela Coordenação Geral de Haveres Financeiros, da Secretaria do Tesouro Nacional.

R\$ - em milhões

Longo Prazo	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Empréstimos concedidos	988.805	936.881	6%
Financiamentos concedidos	135.604	102.852	32%
Relações interfinanceiras FD.CONST	1.608	1.494	8%
Resíduos de empréstimos concedidos	203.759	184.234	11%
Provisão para perda de empréstimos e financiamentos	(70.500)	(74.689)	-6%
Total	1.259.277	1.150.773	9%

Dos Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, parte são Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios e parte são empréstimos e financiamentos para instituições financeiras. A seguir está demonstrada a composição dos empréstimos concedidos do longo prazo:

#### EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – LONGO PRAZO

R\$ - em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
<b>Ministério da Fazenda</b>	<b>821.585</b>	<b>787.965</b>	<b>4%</b>
Coordenação Geral de Haveres Financeiros	252.476	282.980	-11%
Coordenação Geral de Fundos e Operações Fiscais	568.462	504.464	13%
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	<b>155.744</b>	<b>137.707</b>	<b>13%</b>
<b>Outros órgãos</b>	<b>11.476</b>	<b>11.209</b>	<b>2%</b>
<b>Total Empréstimos Concedidos LP</b>	<b>988.805</b>	<b>936.881</b>	<b>6%</b>

Os empréstimos e financiamentos concedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego referem-se às transferências da parcela de 40% da arrecadação de PIS/PASEP para o BNDES, conforme preceitua o artigo 239 da CF/88 e Lei 8.019/1990.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos concedidos, de longo prazo, geridos pela Coordenação Geral de Fundos e Operações Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, refere-se aos financiamentos concedidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES (74%).

#### HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CURTO E LONGO PRAZO

Dos empréstimos e financiamentos da União, destacam-se também os créditos decorrentes dos refinanciamentos das dívidas

de Estados e Municípios, geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, os quais se referem aos programas amparados pelas Leis nº 8.727/1993 e 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001 e se encontram distribuídos nas contas contábeis de curto prazo e longo prazo, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

R\$ milhões

Curto Prazo			
	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
Empréstimos Concedidos	59.895	33.677	78%
Resíduos de Empréstimos Concedidos	7.620	6.681	14%
TOTAL	67.515	40.359	67%

Fonte: Coafi/STN.

R\$ milhões

Longo Prazo			
	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
Empréstimos Concedidos	252.476	282.980	-10,80%
Resíduos de Empréstimos Concedidos	203.759	184.234	10,60%
TOTAL	456.234	467.215	-2,40%

Fonte: Coafi/STN.

A maior parte das variações dos saldos dos programas no ativo de curto e longo prazo são consequências de transferências entre os saldos, em função da previsão de recebimentos.

Ressalta-se que, devido ao mecanismo vigente nesses programas, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento ao longo da vigência dos refinanciamentos. A variação de 10,6% apresentada para o saldo de resíduo na conta de longo prazo ocorreu devido ao acúmulo anual do estoque de resíduo observado para os programas da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, ao passo que a variação de 14,0% observada no saldo de resíduos de curto prazo decorre da transferência de saldos de longo para curto prazo, efetuada pela COAFI/STN em 2013, em virtude da expectativa de quitação de parcela do estoque de resíduo por parte dos mutuários.

A tabela a seguir apresenta os saldos consolidados de curto e longo prazos de todos os programas geridos pela COAFI/STN.

R\$ - em milhões

HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS - CONSOLIDADO					
PROGRAMA	31/12/2013		31/12/2012		Variação
		%		%	
Lei nº 9.496/97	410.414	78,36%	392.537	77,34%	5%
MP nº 2.185/01	70.700	13,50%	64.962	12,80%	9%
Lei nº 8.727/93	15.088	2,88%	21.309	4,20%	-29%
BCB-BANERJ	12.565	2,40%	12.399	2,44%	1%
ROYALTIES	6.425	1,23%	7.745	1,53%	-17%
DMLP	5.185	0,99%	5.059	1,00%	2%
BNDES-CONTRATO 517	1.719	0,33%	1.630	0,32%	5%
CART. DE SANEAMENTO	1.351	0,26%	1.583	0,31%	-15%
PNAFE	279	0,05%	313	0,06%	-11%
ACORDO BRASIL-FRANÇA	23	0,00%	22	0,00%	5%
BIB	-	-	14	0,00%	-100%
TOTAL	523.749	100%	507.574	100%	3%

O maior saldo refere-se à Lei nº 9.496/97. Este programa consiste na consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras – PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos.

As significativas variações observadas nos saldos de curto prazo dos programas da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, são consequência da transferência de valores do longo para o curto prazo, em virtude da previsão de amortizações para o exercício de 2014, inclusive eventuais amortizações extraordinárias.

A variação observada em 2013, no programa da Lei nº 8.727/1993 (redução de saldo de 29,2% em relação ao exercício anterior), é consequência da parcela de dívidas vencidas do programa que se encontra em processo de encerramento. Os Royalties e a Carteira de Saneamento também apresentaram reduções significativas, graças ao final do contrato do Estado

do Espírito Santo e ao elevado vencimento de contratos da Carteira de Saneamento em 2013.

#### ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

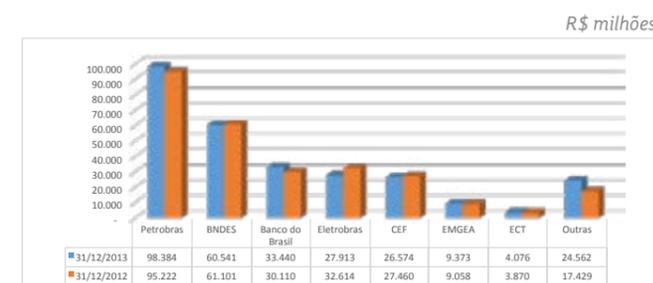
Anualmente, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD, relacionada com os Empréstimos e Financiamentos, é revista, com a finalidade de apresentar tais ativos pelo valor líquido realizável. No exercício de 2013, a provisão apresentou o valor de cerca R\$ 70 bilhões (R\$75 bilhões, em 31 de dezembro de 2014).

De forma geral, o cálculo da provisão baseia-se na inadimplência incorrida nos três últimos exercícios, observados os seguintes critérios: (a) média percentual da inadimplência passada e (b) saldo devedor total dos haveres. Ademais, cabe observar, também, que a provisão total resulta do somatório do saldo devedor em aberto dos créditos oriundos de empresas extintas mantidos no Ativo Realizável a Longo Prazo e do valor obtido pela aplicação do percentual médio de inadimplência sobre o saldo devedor total dos haveres com fluxo vencido e a vencer.

#### ATIVO NÃO FINANCEIRO – PERMANENTE – INVESTIMENTOS

As principais participações da União em empresas estão demonstradas no gráfico 7:

GRÁFICO 7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO - MEP



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pela tabela a seguir, podemos conferir o percentual de participação no capital nessas empresas, que a União detém:

Empresas	SIGLA	Participação Capital (%)
Banco do Brasil S/A	BB	50,73
Centrais Elétricas Brasileiras S/A	ELETROBRAS	54,45
Caixa Econômica Federal	CAIXA	100
Empresa Gestora de Ativos	EMGEA	100
Petróleo Brasileiro S/A	PETROBRAS	50,26
Banco Nacional do Desenvolvimento	BNDES	100
Empresa de Correios e Telégrafos	ECT	100

O saldo total de “Investimentos”, em 2013, apresentou variação positiva, em relação a 2012, da ordem de R\$ 8,9 bilhões. Decorre, em grande parte, da avaliação das participações societárias da União,

por meio do Método da Equivalência Patrimonial – MEP. O aumento ocorreu, principalmente, por causa das operações de aumento de capital da CAIXA e do BNDES, ambas realizadas ao final de 2012, porém com registro no do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI no início de 2013. Tais operações resultaram no montante de R\$ 6,9 bilhões e R\$ 6,7 bilhões, respectivamente.

As participações societárias da União são controladas pela Coordenação-Geral de Participações Societárias – COPAR/STN e estão registradas no SIAFI.

#### ATIVO NÃO FINANCEIRO – PERMANENTE – IMOBILIZADO

A composição do “Ativo Imobilizado” da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

	R\$ milhões		
	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Bens Imóveis	602.164	479.265	25,60%
Bens Móveis	74.631	63.336	17,80%
Títulos e Valores	9	9	0,00%
Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	(15.006)	(6.425)	133,60%
TOTAL	661.797	536.185	23,40%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

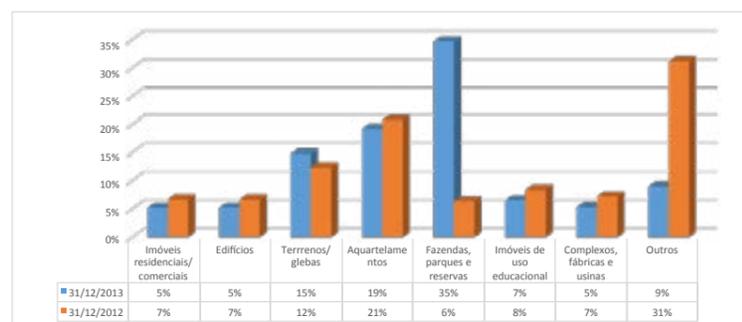
## BEM IMÓVEIS – PERMANENTE - IMOBILIZADO

Composição de Bens Imóveis	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Imóveis de uso especial	320.811	53%	226.471	47%
Bens de uso comum - ativos de infraestrutura	197.370	33%	182.720	38%
Obras em andamento	31.656	5%	27.594	6%
Outros	52.327	9%	42.480	9%
Total	602.164		479.265	

Conforme a tabela acima, constatamos que a maior parte refere-se a “Imóveis de uso especial” e “Bens de uso comum”.

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet, sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MP. Este sistema está integrado com o do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Assim, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet, o sistema gera automaticamente um documento no SIAFI denominado Nota de Lançamento – NL, o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

**GRÁFICO 8. COMPOSIÇÃO - IMÓVEIS DE USO ESPECIAL**



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Dos “Imóveis de uso especial”, cerca de 35% corresponde a fazendas, parques e reservas (aproximadamente R\$111 bilhões, em 31 de dezembro de 2013, e R\$ 59 bilhões, em 31 de dezembro de 2012, conforme o do SIAFI). A grande variação demonstrada em fazendas, parques e reservas, conforme os registros evidenciados no SIAFI, se deve a reavaliações de imóveis na Fundação Nacional do Índio e ao registro de imóveis pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. ■

# Siconfi ultrapassa 80% de declarações homologadas.

O Siconfi já registra 80% de municípios com suas contas anuais homologadas, conforme dados de quarta-feira, 18/6. As unidades da federação que implantaram o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público em 2013 entregaram DCA, e as demais, QDCC. Do conjunto das declarações recebidas pelo Siconfi, 48% assumiram forma de Declaração de Contas Anuais – DCA, e 52% de Quadro de Dados Contábeis Consolidados – QDCC.

Segundo a Portaria STN nº 634/2013, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP deve ser implantado por todas as unidades federativas até dezembro deste ano. Porém, na primeira quinzena de junho, praticamente a metade dos municípios e 30% dos estados aderiram ao PCASP e já homologaram suas contas por meio de DCA.

A despeito da maior complexidade da contabilidade estadual em relação à municipal, aderiram ao PCASP e entregaram as respectivas DCA os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Amapá e Ceará.

No total, 5.482 usuários efetuaram cadastro no Siconfi e 4.966 chefes do Poder Executivo realizaram acesso com certificado digital.

Com a entrada em operação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi em 2014, aumentou o volume de prestação de contas homologadas, sendo 17% superior ao mesmo período, no exercício de 2013, fato indicativo da excelente receptividade do Siconfi.

Graças ao trabalho diuturno das equipes do Tesouro Nacional envolvidas, os números do Siconfi são realmente alentadores. Até 30 de junho, espera-se que em torno de 90% das unidades federativas tenham homologado suas contas via Siconfi.

# Tecnologia para a nova Contabilidade Pública

SOLUÇÃO DESENVOLVIDA PELO SERPRO VAI GERENCIAR E INTEGRAR SISTEMAS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Instituído em 2013, o Programa Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público foi concebido para gerenciamento e integração de diversos projetos, com foco na adequação dos sistemas de informação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ao Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e para o desenvolvimento de novas soluções para as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). As adequações e o desenvolvimento das novas soluções de demonstrativos estão a cargo do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública de tecnologia da informação do governo federal.

## O que é o PCASP?

Um plano de contas, de acordo com a STN, é a estrutura básica da escrituração contábil. Ele é formado por um

conjunto de contas previamente estabelecido que permite obter as informações necessárias à elaboração de demonstrações contábeis e relatórios gerenciais, conforme as características de cada entidade.

Este novo plano de contas, denominado PCASP, foi elaborado pela STN para uniformizar as práticas contábeis no setor público, de forma adequá-las aos dispositivos legais vigentes, aos padrões internacionais de contabilidade pública e às regras e procedimentos de estatísticas de finanças públicas reconhecidas por organismos internacionais.

Seu objetivo básico é oferecer um conhecimento mais preciso da realidade do patrimônio público brasileiro. A ideia é fornecer a possibilidade de extrair o panorama completo, tal qual uma fotografia instantânea com as informações sobre a situação econômico-financeira das instituições públicas, atendendo

a demanda de organismos nacionais e internacionais, e instrumentalizar o poder público para uma melhor resposta às necessidades da sociedade.

Todos os entes da Federação devem utilizar a estrutura padronizada do PCASP para elaborar o seus planos de contas e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Segundo a Portaria STN 753, de 21 de dezembro de 2012, a implantação dos procedimentos descritos no Manual da Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, do qual fazem parte o PCASP e DCASP, se torna obrigatória a partir de 2014 para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Destaca-se, nesta Portaria, o seguinte texto:

*“Art. 3º O art. 4º da Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 4º A partir da consolidação nacional e por esfera de*

governo das contas de 2014, a ser realizada em 2015, deverão ser observadas, integralmente, as partes IV (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional não dará quitação à obrigação prevista no § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, caso as contas sejam encaminhadas em descumprimento ao disposto no caput.”

## Como operacionalizar o PCASP?

A adequação de procedimentos contábeis sofisticados a um novo arcabouço técnico e normativo em um país com o grau de complexidade que o Brasil apresenta não é uma tarefa fácil. Esse trabalho não seria possível sem o suporte da tecnologia, do conhecimento e criatividade de técnicos especializados em gestão pública. É nesse cenário que entra o papel do Serpro, em parceria com a STN para promover o desenvolvimento do Programa Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Neide Modrach, coordenadora do programa no Serpro, explica que existem sete projetos paralelos em andamento para atender as demandas do PCASP do cliente STN e tantos outros terão início ainda no primeiro semestre de 2014, para atendimento aos demais clientes do Serpro no que diz respeito às adequações de sistemas integradores ou que dependem de dados da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial da União. No caso da STN, o programa tem acompanhamento semanal, mensal e bimensal nos níveis operacional, tático e estratégico, respectivamente. Os projetos em questão são:

- Módulo Contábil: Adequação da Contabilidade e Documentos SIAFI;
- Demais Fronteiras e Processos do SIAFI Operacional: Arrecadação, Carga de Orçamento, Conta Única, Conformidade Contábil e de Documentos, Dívida Externa, Encerramento de Exercício, Inscrição de Restos a Pagar, Baixa

de Diferido, Transposição de Saldos Contábeis, Estados e Municípios, Integração de Balancetes, Haveres Financeiros, SPB SIAFI e integração com SOTN, Transferências Voluntárias e integração SICONV, dentre outros;

- DW Tesouro Gerencial: uma nova solução de apoio à decisão, que inclui as demonstrações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e de Estatísticas Fiscais, conforme disposto no Government Finance Statistics Manual;

- Outros Sistemas e Portais: Operações Oficiais de Crédito (O2C), Sistema de Gestão de Recolhimento da União (SISGRU), Haveres Mobiliários, Portal Tesouro e Portal SIAFI;

- Extrações para Órgãos e Extrações Legais: Envio de dados da execução orçamentária e de cunho legal para diversos órgãos e sistemas estruturantes;

- Novo SIAFI (SIAFI Web): Adequação dos subsistemas de Contas a Pagar e Receber e Programação Financeira;

- Novo SIAFI (SIAFI Web): Desenvolvimento das Demonstrações Balanço Geral da União - BGU e Demonstrações de mutação do Patrimônio Líquido - DMPL e dos novos auditores contábeis e de regras de demonstrações.

## O tamanho do desafio

A operacionalização do programa no Serpro possui números que traduzem a complexidade dos processos envolvidos pelo PCASP. De acordo com Neide Modrach, a empresa possui mais de 100 profissionais, entre analistas de negócio e desenvolvedores de software, distribuídos por Brasília, Fortaleza e Florianópolis,

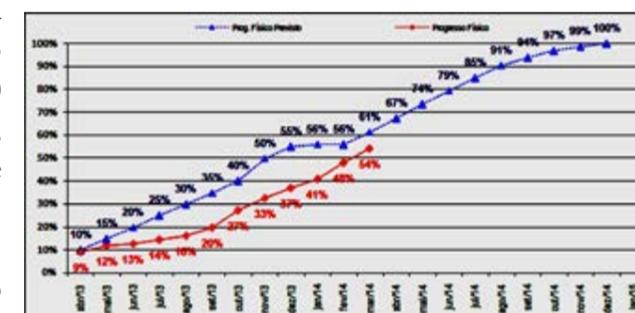
dedicados ao programa. O desenvolvimento e a manutenção de software alcançam a marca de 15.600 pontos de função. Tudo isso num universo que envolve mais de 70 mil usuários no país e 11 sistemas da STN, além de quase uma dezena de soluções de outros clientes do Serpro.

Na avaliação de Robinson Margato, diretor de Relacionamento com Clientes do Serpro, a solução desenvolvida pela empresa em parceria com a STN significará um impacto positivo para a gestão pública nacional, já que o Estado brasileiro vai passar a contar com insumos importantes para sua gestão contábil. “A instituição do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público busca prioritariamente agregar mais transparência, eficiência e eficácia à sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial, valores fundamentais para a sociedade contemporânea”, destaca.

Para alcançar esses objetivos, Neide Modrach explica que o gerenciamento do programa e de seus projetos está baseado em indicadores, tais como Progresso Físico, Índice de Cumprimento de Prazo, Índice de Mudanças, Índice de Replanejamento de Entregas, Índice de Qualidade de Produtos e Exposição a Riscos. “Isso permite articular um conjunto coerente de ações necessárias para enfrentar o desafio e aproveitar as oportunidades existentes”, pontua.

Segundo a coordenadora, o andamento do programa está dentro do esperado, apresentando apenas um pequeno desvio de prazo que se encontra em recuperação (Figura 1) por meio de ações de priorização, aplicação adicional de recursos humanos e revisão do cronograma de homologações. A previsão para conclusão dos trabalhos é dezembro de 2014.

FIGURA1. PROGRESSO DO TRABALHO



Fonte: Painel de Acompanhamento do Programa Nova CASP – Referência Março/2014

## 50 anos de excelência em conhecimento tecnológico

Em 2014, o Serpro completa 50 anos de uma trajetória voltada para o governo eletrônico, constituindo-se um capítulo fundamental da história da informática brasileira. Criada com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública brasileira, a empresa alcança meio século de vida no exato momento em que trabalha com os projetos relacionados ao Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), um marco de renovação na gestão pública brasileira.

“A participação do Serpro nesse trabalho é muito importante para reafirmar a importância da empresa no desenvolvimento e produção de soluções para o fortalecimento da nação”, destaca Gilberto Paganotto, diretor-superintendente do Serpro. Para ele, o conjunto de projetos relacionados ao PCASP evidencia a qualidade do governo federal na execução, acompanhamento, controle e demonstração da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

“Essa é uma oportunidade ímpar para reafirmarmos a parceria da empresa com o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional quanto à capacidade de produzir soluções de software de alta complexidade técnica e produtiva em apoio aos processos estratégicos do governo federal, especificamente no segmento de tecnologia da informação e integração de dados”, completa o diretor. ■

# Análise das Demonstrações Contábeis da União

## BALANÇO PATRIMONIAL

### Passivo

#### PASSIVO FINANCEIRO – DEPÓSITOS

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até o final do exercício. Tais recolhimentos são efetuados em cumprimento a determinações legais ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Consignações	625	96	548,60%
Recursos do Tesouro Nacional	52	374	-86,00%
Depósitos de Diversas Origens	18.178	15.548	16,90%
Depósitos Compulsórios	91	91	0,00%
Bloqueio de Transferência Constitucional	28	29	0,00%
TOTAL	18.975	16.139	17,60%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Destaca-se o item “Depósitos de Diversas Origens”, que representa quase a totalidade do grupo. É composto, em sua maior parte, de diversos tributos retidos pelos órgãos públicos.

A maior variação pode ser observada no item “Consignações”, com um incremento de 548% em relação ao final de 2012. Esse item refere-se, no geral, a retenções referentes a folha de pagamento.

#### PASSIVO FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

As “Obrigações em Circulação”, no valor aproximado de R\$ 236 bilhões, representam 92% de todo o Passivo Financeiro e são constituídas pelos seguintes itens:

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Restos a Pagar Processados	29.325	23.789	23,30%
Restos a Pagar Não Processados	185.132	150.401	23,10%
Credores Diversos	4.235	2.731	55,10%
Recursos Especiais a Liberar para Transferência	15.595	10.562	47,70%
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	549	381	44,10%
Recursos Vinculados - Entidades com Termo de Coop. Técnica	524	782	-33,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.060	663	60,00%
TOTAL	236.420	189.309	24,90%

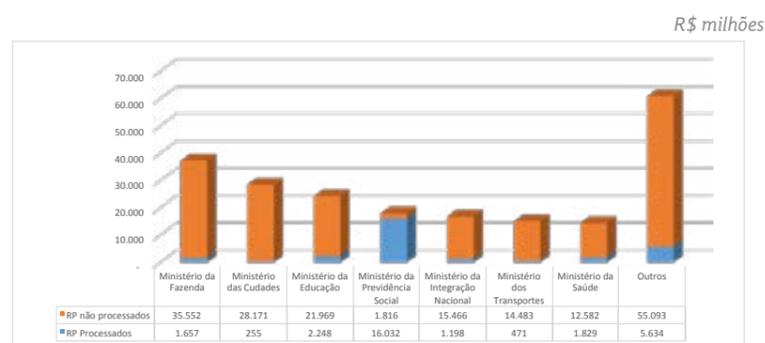
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pela importância, destacam-se os valores dos restos a pagar, que representam 90% das obrigações em circulação em dezembro de 2013. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em “Restos a Pagar”, que podem ser de dois tipos:

- Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento; e
- Os “Restos a Pagar Não Processados”, que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei nº 4.320/1964. No exercício de 2012 foi criada rotina de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme descrito no tópico “Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis”, item “Restos a Pagar”.

No gráfico a seguir, notam-se os montantes de restos a pagar inscritos por órgão superior.

**GRÁFICO 9. PASSIVO FINANCEIRO - OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR**



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Interessante observar que o Ministério da Previdência Social – MPS, apresenta como processados a maior parte do total de seus restos a pagar (cerca de 90%). Esse comportamento distinto do Ministério da Previdência em relação aos demais Ministérios refere-se a natureza dos empenhos. A maior parte dos empenhos do MPS é o reconhecimento do passivo previdenciário devido aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, para pagamento no mês seguinte. Portanto, são obrigações que já possuem a normalidade de fato gerador.

Os Recursos Especiais a Liberar para Transferência, por sua vez, registram valores a liberar devido a formalização de termos de cooperação formalizado entre órgãos que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Registra também valores relativos de transferências a liberar decorrentes da diferença negativa entre o total do financeiro recebido e o total de despesas liquidadas.

Conforme informações extraídas do SIAFI, os órgãos que mais contribuíram para o incremento do saldo, no exercício de 2013, são integrantes do Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e o Ministério da Cultura.

#### PASSIVO NÃO-FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

A maior parte das Obrigações em Circulação, do Passivo não Financeiro, refere-se às Operações de Créditos. Tais Operações de Crédito, apesar de serem de curto prazo, são classificadas como Passivo Não Financeiro, devido a metodologia orçamentária de classificação dos direitos e deveres, ou seja, passivo não financeiro considera tudo o que ainda depende de autorização orçamentária para ser pago. As Operações de Crédito em circulação serão melhores analisadas com as Operações de Créditos do Exigível a Longo Prazo.

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Operações de Crédito	729.312	573.572	27,20%
Resíduos de Contratos Liquidados - FCVS	58.555	58.555	0,00%
Resultado Negativo do BACEN	9.901	9.901	0,00%
Provisões	9.423	5.225	80,30%
Precatórios a Pagar (a partir de 05/05/2000)	7.866	5.865	34,10%
Benefícios Previdenciários a Pagar	7.072	3.408	107,50%
Outros Débitos a Pagar	4.537	1.773	155,90%
Outros Credores - Entidades e Agentes	4.165	7.112	-41,40%
Operações Especiais	2.208	2.911	-24,10%
Pessoal a Pagar	2.023	2.062	-1,90%
Outras Obrigações	1.402	1.398	-
Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(179.856)	(146.548)	22,70%
TOTAL	656.608	525.234	25,00%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A Retificação de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar apresenta aumento da ordem de 22,7% em relação ao exercício anterior. Em 2012, com a separação dos Restos a Pagar Não Processados (a Liquidar e em Liquidação), o registro ocorre somente para os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, tendo em vista que sua execução ainda não havia sido iniciada. Esse procedimento é explicado a seguir:

a. No final do exercício, a inscrição de “RP Não Processados a Liquidar” gera um “Passivo Financeiro” para a União, afetando o cálculo do superávit financeiro no Balanço Patrimonial;

b. Nesse mesmo momento, para compensar o lançamento anterior, é executado um registro em uma conta retificadora do “Passivo Não Financeiro”, para que o “Passivo” como um todo não seja afetado. Isso é necessário porque esses restos a pagar são despesas orçamentárias que ainda não passaram pela fase do reconhecimento do direito do credor, que ocorre quando da prestação do serviço ou entrega do bem conforme contratado;

c. Ao longo do exercício seguinte, a conta que representa os “RP Não Processados a Liquidar” vai sendo baixada em função da liquidação ou cancelamento desses restos a pagar, o que provoca a diminuição da conta retificadora correspondente no “Passivo Não Financeiro”.

Ressalta-se que, pela sua natureza, os RP Não Processados não constituem obrigações patrimoniais, mas existem alguns valores que constituem verdadeiros passivos exigíveis, não cabendo o registro correspondente nesta conta retificadora. Isso ocorre devido a questões

administrativas ou operacionais, como, por exemplo, no caso em que o bem é entregue, mas não há tempo hábil para que o seu processo de liquidação seja efetuado. Em função disso, foi implementada, no exercício de 2012, rotina para que o gestor possa identificar individualmente os casos de RP não processados que configurem verdadeiras exigibilidades.

#### PASSIVO NÃO-FINANCEIRO – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Segue a tabela com a composição das “Obrigações Exigíveis a Longo Prazo”, principal componente do “Exigível a Longo Prazo”:

*R\$ milhões*

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Operações de Crédito Internas	2.320.139	2.312.272	0,30%
Operações de Crédito Externas	88.853	85.192	4,30%
Obrigações Legais e Tributárias	8.629	8.230	4,80%
Obrigações a Pagar	6.840	8.003	-14,50%
Diversas Provisões	24.104	24.104	0,00%
Subvenções e Doações para Investimentos	176	116	52,10%
<b>Total</b>	<b>2.448.741</b>	<b>2.437.917</b>	<b>0,40%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Dos valores constantes das Operações de Crédito, em circulação e no exigível a longo prazo, a maior parte está sob a gestão do Ministério da Fazenda, sendo a Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN a responsável pelo registro e controle das operações.

A seguir, segue a composição das Operações de Crédito, em circulação (curto prazo) e a longo prazo:

*R\$ - Em milhares*

Em circulação (curto prazo)	31/12/2013	%	31/12/2012	%	Variação
Internas	722.546.684	99%	566.282.002	99%	28%
Em títulos	722.298.543	100%	566.031.016	100%	28%
Dívida Mobiliária	722.298.543		566.031.016		28%
Em contratos	248.141	0%	250.986	0%	-1%
Créditos securitizados	5.938	2%	5.938	2%	0%
Contratos de empréstimos	242.203	98%	245.047	98%	-1%
<b>Externas</b>	<b>6.765.576</b>	<b>1%</b>	<b>7.290.143</b>	<b>1%</b>	<b>-7%</b>
Em títulos	3.673.057	54%	4.166.400	57%	-12%
Em contratos	2.569.002	38%	2.600.226	36%	-1%
Financiamentos do Ativo Permanente	523.517	8%	523.517	7%	0%
<b>Total</b>	<b>729.312.260</b>	<b>100%</b>	<b>573.572.145</b>	<b>100%</b>	<b>27%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

*R\$ - Em milhares*

Exigível a Longo Prazo	31/12/2013	%	31/12/2012	%	Variação
<b>Internas</b>	<b>2.320.138.781</b>	<b>96%</b>	<b>2.312.271.969</b>	<b>96%</b>	<b>0%</b>
Em títulos	2.289.637.073	99%	2.283.875.778	99%	0%
Dívida Mobiliária	2.286.065.822	100%	2.279.988.478	100%	0%
TDA	3.571.251	0%	3.887.300	0%	-8%
Em contratos	30.484.754	1%	28.380.956	1%	7%
Financiamentos em circulação	16.953	0%	15.235	0%	11%
Financiamentos em capital de giro	16.661	98%	14.824	97%	12%
Financiamento em imóveis habitacionais	292	2%	410	3%	-29%
<b>Externas</b>	<b>88.853.064</b>	<b>4%</b>	<b>85.192.411</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>
Em títulos	82.419.440	93%	75.303.902	88%	9%
Títulos do Tesouro Nacional	82.419.440	100%	75.303.902	100%	9%
Em contratos	6.433.336	7%	9.888.221	12%	-35%
Financiamentos do Ativo Permanente	288	0%	288	0%	0%
<b>Total</b>	<b>2.408.991.844</b>	<b>100%</b>	<b>2.397.464.380</b>	<b>100%</b>	<b>5%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pelos quadros acima, percebe-se que a maior parte das operações de crédito é interna, tanto de curto prazo como de longo prazo. As operações de crédito internas são, em quase totalidade de seu montante, Dívida Mobiliária. Foram as operações de crédito internas, de curto prazo, que apresentaram maior variação no saldo, 28%, significando maior captação no ano.

#### Dívida Mobiliária Interna Federal:

##### SALDOS DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, DISCRIMINADO POR TIPO DE TÍTULOS DA DÍVIDA.

A seguir são apresentados os saldos das operações de crédito sob a gestão do Ministério da Fazenda. Maiores informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras, relativas à Dívida Pública Federal, nela incluídas as dívidas interna e externa de responsabilidade do

Tesouro Nacional em mercado, podem ser obtidas no Relatório Mensal da Dívida, disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/divida-publica-federal/relatorio-mensal-da-divida>.

*R\$ milhões*

Dívida Interna Mobiliária – 31/12/2013		
Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo
LFT (VL + CM + ENC) BACEN	102.637	72.253
LFT (VL + CM + ENC) MERCADO	112.034	282.628
LTN (VL + CM + ENC) BACEN	115.828	208.638
LTN (VL + CM + ENC) MERCADO	259.987	385.620
NTN-B (VL + CM + ENC) BACEN	20.248	296.343
NTN-B (VL + CM + ENC) MERCADO	46.207	623.987
NTN-C (VL + CM + ENC) MERCADO	235	70.483
NTN-F (VL + CM + ENC) BACEN	21.745	119.294
NTN-F (VL + CM + ENC) MERCADO	42.064	195.964
OUTROS - Mercado e Bacen	1.385	35.008
<b>TOTAL</b>	<b>722.370</b>	<b>2.290.219</b>

Fonte: CODIV/STN.

Destaca-se que estes valores já consideram, na atualização dos títulos até o dia 31.12.2013, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – IGP-DI,

divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 08.01.2014, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 10.01.2014. Em razão do fechamento do SIAFI ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real” O quadro a seguir apresenta a estrutura atual do PL:

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Patrimônio/Capital Social	1.183.413	762.533	55,20%
Reservas	8.247	7.545	9,30%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	263	109	141,10%
Resultados Acumulados	(9.454)	(8.837)	7,00%
Resultado do Exercício	(836)	(1.828)	-54,30%
Resultados de Exercícios Anteriores	(8.618)	(7.009)	23,00%
TOTAL	1.182.469	761.350	55,30%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Considerando o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP a contabilização dos resultados do exercício da Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações ocorreu na conta Patrimônio/Capital Social. Além do resultado do exercício, essa conta também registra os ajustes de exercícios anteriores dessas entidades.

Já o resultado do exercício da Administração Indireta é reconhecido na subconta “Resultado do Exercício - Resultados Acumulados.

Ao longo do exercício, a apuração do “Resultado Patrimonial” do exercício se dá por meio do confronto entre variações ativas e passivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. No processo de encerramento, o resultado apurado, dentre outros valores, é transferido para os itens “Patrimônio” ou “Resultado do Exercício”, conforme o caso. ■

Realização:



# Encontro de Encerramento do Exercício 2014

4 de Novembro

ESAF



## Informação de Custo

No ano de 2013, a Subsecretaria de Contabilidade Pública - SUCON, dedicou-se a aprofundar o debate acerca da importância do Sistema de Custos do Governo Federal, bem como da disseminação do tema CUSTOS no contexto da Administração Pública.

Buscando consolidar uma agenda propositiva de trabalho e fortalecer o desenvolvimento e aprimoramento da cultura de custos, contribuindo para a troca de experiências, durante o último exercício foram realizados os seguintes eventos:

- Encontros Regionais, 1º semestre de 2013;
- III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, em outubro de 2013;
- Governança Pública e Controle Externo – Lançamento do Estudo Tribunal de Contas da União – TCU e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em outubro de 2013;
- 39º Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação – FONAITec - INOVAÇÃO: - ferramenta para a consolidação das auditorias internas em novembro de 2013, em Goiânia; e
- II Seminário de Custos da Administração Pública do Rio Grande do Sul, em novembro de 2013, em Porto Alegre; entre outros eventos.

Com intuito de aperfeiçoar a base de dados do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC, agregando informações sobre o monitoramento das ações orçamentárias, em 2013 foi realizada a integração com o Sistema de Planejamento e Orçamento – SIOP. Ressaltamos, que o Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIAPE e o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI estão integrados ao SIC desde a fase de construção, o SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento também foi contemplado.

Além disso, a STN realizou trabalho contínuo de avaliação e melhoria das métricas do SIC, refinamento metodológico e

capacitação de usuários.

Neste contexto de evolução, embora tenha alcançado seu objetivo inicial, o SIC ainda passará por evoluções na qualidade da informação disponível ao gestor. Entre as de maior relevância estão:

**a.** Desenvolvimento da funcionalidade de detalhamento de custos no Novo SIAFI, oportunidade para fortalecimento da utilização da informação de custos no âmbito dos órgãos setoriais, resultando na geração de informações em nível de agregação inferior ao constante no planejamento orçamentário e em consonância com a necessidade de acompanhamento e controle de gestão interna de cada unidade;

**b.** Inclusão da possibilidade de detalhamento de custos para rotinas patrimoniais no Novo SIAFI, a exemplo da depreciação e consumo de estoques, permitindo uma gestão mais efetiva com a indicação da unidade beneficiada do consumo de ativos,

bem como o período de competência do custo;

c. O estudo de viabilidade para integração com outros dois sistemas estruturantes - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

d. Análise do modelo SIGEP - Sistema de Gestão de Pessoal para aprimoramento do SIC, sistema em desenvolvimento no âmbito do Ministério do Planejamento para substituição do SIAPE;

e. Buscar integração de dados com o SPIU - Sistema de Patrimônio e Imóveis da União com o intuito de desenvolver mecanismos com objetivo de acompanhar a gestão patrimonial, em especial os aspectos que envolvem a depreciação de imóveis da União.

É notável as evoluções ocorridas no âmbito da temática de custos no Governo Federal nos últimos anos, em especial o desenvolvimento do SIC e de sua estruturação nos órgãos central e setoriais. A consolidação da cultura de custos nos órgãos setoriais, indubitavelmente, é o principal desafio enfrentado na atualidade, para tanto, está em desenvolvimento um conjunto de ações que visam apoiar os trabalhos para identificação e mensuração de objetos

de custos internos. Para apoiar a STN neste trabalho foi realizada a contratação de uma consultoria especializada em custos no setor público com enfoque em áreas estratégicas do Governo.

### **Experiências na utilização da informação de custos**

Neste item são apresentados relatos de experiências de setoriais de custos no âmbito do Governo Federal. A seleção levou em consideração a utilização do SIC para geração de relatórios de custos e objetiva demonstrar os caminhos trilhados para a estruturação da área de custos, o mecanismo utilizado para detalhamento dos objetos de custeio e os impactos na gestão.

#### **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM:**

Antes da utilização do SIC a apropriação de custos da CPRM no SIAFI consistia basicamente na confecção de documentos Nota de Lançamento - NL, diariamente e de forma sistemática, após cada liquidação durante a execução orçamentária-financeira. Era imperativo que o controle das apropriações fosse conciliado diariamente com as liquidações efetuadas no SIAFI. Após a confecção de todas os registros de custos, no fim de cada mês, era efetuada a extração dos

dados, alimentando um sistema interno de geração de relatórios com informações de custos.

O processo utilizado para geração de informações de custos por meio de registros em NL exigia um grande esforço para efetuar a conciliação com os valores liquidados, visto que, além de se tratar de um retrabalho, era feito manualmente e suscetível a erros, o que tornava-o frágil e questionável.

Com a criação da DECOF - Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças, uma área específica que trata as informações de custos. Objetivando o controle e a mudança na sistemática de apropriação de custos, em janeiro de 2013, a CPRM iniciou a utilização do SIC.

Para a CPRM, o SIC reforça ainda mais a cultura de controle de custos, pois possui interface com os sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAFI, SIAPE e SIOP), permitindo, assim, uma total confiabilidade nas informações geradas. Ademais, o SIC permite que informações patrimoniais sejam registradas e divulgadas através de relatórios gerenciais que possibilitam uma melhor análise por parte dos coordenadores de ações, gerentes de projetos, entre outros.

Obter tais informações de maneira consistente está possibilitando acompanhar permanentemente as metas físicas de acordo com a execução

orçamentária-financeira, permitindo que os gestores possam avaliar corretamente a realização dos projetos sob sua responsabilidade. Outro benefício será o de construir uma base de dados (série histórica) confiável para orçamentação e planejamento do PAT - Plano de Anual de Trabalho.

Como funcionalidades do SIC, destacam-se: a construção de diversos relatórios, gerando a base para acompanhamento das ações orçamentárias detalhadas por objetos de custos (projetos), unidade gestora beneficiada, natureza de despesa detalhada e referência ao orçamento, se do exercício ou restos a pagar.

#### **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU:**

Em observância a Portaria STN nº 157/2011 que dispõe sobre o Sistema de Custos do Governo Federal, foi criada na AGU a Setorial de Custos e concomitantemente um Grupo de Trabalho - GT Custos.

Os primeiros passos do GT Custos foram: conhecer a metodologia e a legislação aplicadas a custos no setor público; participar de capacitação com objetivo de entender e utilizar o SIC; realizar visitas técnicas à STN; participar de eventos ligados ao tema, como o II e III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto; e, conhecer o potencial dos

sistemas estruturantes que geram dados para o SIC.

Outro passo fundamental foi à definição dos objetos de custos a serem medidos pelo AGU e a sua validação junto à Secretaria Geral de Administração - SGA. Considerando a estrutura do órgão, decidiu-se por medir o custo de manutenção dos prédios onde estão instaladas as unidades. Os critérios de distribuição adotados foram o número de servidores e a metragem quadrada de cada unidade ocupante do prédio.

Para auxiliar o processo de distribuição dos custos entre os objetos escolhidos, foi desenvolvido um Formulário de Rateio Automático de Despesas - FRAD. Esta ferramenta indica em qual Unidade Gestora Beneficiada - UGB e Centro de Custos - CC será alocada a despesa, no momento da execução orçamentária, para que posteriormente seja apurado o custo através dos relatórios do SIC. Foram criados no SIAFI CCs para cada prédio e também foram definidas UGBs para cada órgão da AGU.

Conhecendo a estrutura dos prédios ocupados pelas unidades da AGU, bem como o custo de manutenção destes através das informações do SIC, torna-se possível otimizar o processo de tomada de decisões frente à questões do tipo: renovar a locação do imóvel ou

investir na construção de sede própria; reunir unidades semelhantes em um mesmo imóvel ou deixá-las em prédios separados; instalar uma unidade em determinada localidade ou não; reformar um imóvel ou locar outro mais novo; manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços no mesmo prédio; manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços nos prédios da mesma cidade ou região; em quanto tempo meu investimento geraria retorno/se pagaria diante de determinado custo; diante de estruturas de custos comparáveis, qual unidade é mais eficiente; diante de estruturas de custos comparáveis, onde e como demonstrar aos gestores locais a necessidade de intervenção para melhoria na alocação dos recursos; quais e quanto seriam os custos correntes futuros derivados de um investimento presente. As respostas destas questões podem demonstrar o custo de oportunidade e o *payback*.

Outro processo otimizado com a implantação do SIC é o de elaboração das propostas orçamentárias anuais, uma vez que o rol de despesas com a manutenção dos prédios ocupados por unidades da AGU representa 62% do total das despesas discricionárias. Sendo assim, quanto melhor se apurar o custo de manutenção de imóveis, mais alinhada será a

proposta orçamentária ao planejamento realizado pelo órgão.

O processo de geração de relatórios gerenciais e analíticos também é beneficiado. Diante das ferramentas contidas no SIC é possível construir relatórios padrões para informações mais demandadas e gerá-los a qualquer tempo evitando assim o retrabalho. A construção de gráficos e manipulação de métricas e atributos é fácil e autoexplicativa, tornando o processo de

elaboração de relatórios em branco muito ágil, com a demonstração dos dados de forma mais dinâmica. Outra interessante funcionalidade do sistema é a reunião, em um mesmo lugar, de métricas e atributos relacionados tanto à execução orçamentária (despesa) quanto ao valor do custo.

Outro processo dinamizado pelo uso do SIC foi a confecção da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR. Os relatórios exigidos já estão pré-formatados para o órgão, bastando sua geração e inclusão na Prestação de Contas.

## PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS PARA 2014

### IV CONGRESSO DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO

Previsto para 05, 06 e 07 de novembro, na ESAF/DF, a realização do IV Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, onde serão apresentadas experiências práticas com utilização da informação de custos no processo de tomada de decisão e promovida a discussão sobre mensuração de custos destacando sua importância para a melhoria da qualidade dos gastos no setor público. No evento serão divulgados os vencedores do Prêmio Chico Ribeiro, o qual tem por objetivo central fortalecer o tema de custos e qualidade de gastos no setor público.

### I SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE INFORMAÇÃO DE CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO

Com o objetivo de estimular a criação e consolidação de um ambiente de debate focado no desenvolvimento e implantação de um modelo inovador e ousado de sistema de informação de custos para Estados e Municípios, visando sua interação com

o sistema de informação de custos do governo federal - bem como seus sistemas estruturantes - abordando a importância da inovação como fator agregador de valor no que se refere à informação de custos para o setor público, foi programado o I Seminário Regional realizado em Belém, 13 e 14 de março, Fortaleza - CE, nos dias 08 e 09 de abril; e previsto para Porto Alegre - RS, nos dias 17 e 18 de julho; e para Campo Grande - MS, nos dias 14 e 15 de agosto. **Público alvo:** Profissionais do serviço público, docentes e discentes de diversas faculdades e universidades do país e entidades do terceiro setor.

### II E III ENCONTROS DE GESTÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO: DISSEMINAÇÃO DE CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO

Com o objetivo de divulgar estratégia de implantação dos Órgãos Setoriais de Custo, bem como apresentar às ações a serem adotadas pelo Órgão Central para os exercícios de 2014 e 2015, assim como preparar os gestores para a elaboração de relatórios para compor a PCPR e as Contas Ordinárias, serão realizados o II e o III encontros de gestão de custos, em 02 de junho de 2014 e no segundo semestre respectivamente. **Público alvo:** Integrantes dos órgãos setoriais, gestores públicos, membros de comitês de análise e avaliação das informações de custos e demais servidores de órgãos e entidades públicas. ■

## IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO

Informações:

[WWW.CUSTOSNOSETORPUBLICO.NET](http://WWW.CUSTOSNOSETORPUBLICO.NET)

Apoio:



Patrocínio:



Realização:

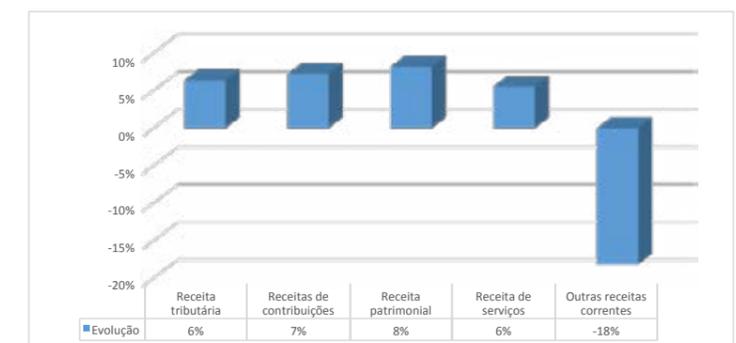


Ministério da Fazenda

# Análise das Demonstrações Contábeis da União

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

GRÁFICO 10. VARIAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

### Reconhecimento de Receitas e Despesas Orçamentárias

Na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, as receitas e despesas orçamentárias têm os seus reconhecimentos baseados no Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que define: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. O mesmo critério de reconhecimento é adotado nos balanços Financeiro e Orçamentário.

### Receitas Correntes

O aumento total da arrecadação das receitas correntes de 2013 em relação a 2012 foi da ordem de R\$ 63 bilhões (5%). A seguir, segue a evolução das receitas correntes mais representativas:

Das receitas tributárias, conforme as tabelas a seguir, constata-se que o Imposto sobre o Patrimônio e a Renda, pela sua representatividade no grupo, foi o que mais contribuiu para o aumento de tais receitas. Conforme dados obtidos no SIAFI, constata-se que o Imposto sobre o Patrimônio e a Renda das Pessoas Jurídicas foi o que mais impactou para o aumento da arrecadação, com 12% de variação positiva em relação ao exercício anterior.

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Imposto sobre o comércio exterior	36.675	31.069	18%
Imposto sobre o patrimônio e a renda	279.672	260.173	7%
Imposto sobre a produção e circulação	74.939	76.095	-2%
Taxas	6.868	6.894	0%
Total Receitas tributárias	398.155	374.231	6%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Das receitas de contribuições, o que mais contribuiu para o aumento da arrecadação foram as contribuições para financiamento da seguridade e as contribuições previdenciárias, conforme demonstra a tabela:

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Contribuições para financiamento seguridade	184.799	168.464	10%
Contribuições previdenciárias	292.676	268.878	9%
Contribuições de empresas sobre segurados	104.023	103.256	1%
Outras contribuições sociais	44.067	40.613	9%
Contribuições sociais	625.566	581.211	8%
Outras contribuições	10.075	11.481	-12%
Total Contribuições	635.640	592.692	7%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Considerando apenas a arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e de outras receitas recolhidas por DARF ou *Guia da Previdência Social – GPS* (administradas por outros órgãos) o aumento foi de cerca de R\$ 109 bilhões (10,9%), com destaque para as receitas tributárias e de contribuições, e, segundo a Receita Federal<sup>1</sup>, decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

a. adesão aos parcelamentos de débitos (PIS e COFINS devidos por instituições financeiras; débitos objetos de discussão judicial relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, em conformidade com a Lei nº 12.865/2013; débitos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL decorrentes de lucros de controlada ou coligada no exterior;

b. o valor total, pago até dezembro/13, foi de R\$ 21,8 bilhões;

c. redução de 49,79% no pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL, relativo a fatos geradores do ano calendário de 2012;

d. arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R\$ 4 bilhões referente à Cofins/PIS (R\$ 1,0 bilhão) e ao IRPJ/CSLL (R\$ 3,0

<sup>1</sup> <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2012/Analismensaldez13.pdf>

bilhões) em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente;

e. arrecadação extraordinária, em dezembro de 2013, relativa a lançamentos de ofício e acréscimo legal de IRPJ/CSLL (R\$ 2,5 bilhões);

f. desonerações tributárias.

### Receitas Correntes – Receita Patrimonial - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio arrecadados pela União.

A arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – JCP pelo Tesouro Nacional, pelo critério de caixa, em 2013, atingiu o montante de R\$ 16,91 bilhões, com destaque para os pagamentos realizados pelas instituições financeiras federais, que contribuíram com 85% do total arrecadado.

O Banco do Brasil S.A. recolheu para a União o montante de R\$ 3,45 bilhões. Desse total, R\$ 1,70 bilhão referem-se à JCP, e o restante, R\$ 1,75 bilhão, a Dividendos. Destaca-se o montante recebido em agosto, no valor de R\$ 1,13 bilhão, fruto do significativo resultado obtido pelo Banco no 2º trimestre, notadamente em função da receita auferida em decorrência da oferta pública de distribuição de ações da controlada BB Seguridade Participações S.A.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES efetivou o pagamento de R\$ 6,99 bilhões, sendo R\$ 5,29 bilhões sob a forma de Dividendos e R\$ 1,70 bilhão de JCP.

Já a Caixa Econômica Federal – CAIXA recolheu à União o montante de R\$ 4 bilhões. A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás recolheu à União a importância de R\$ 1,01 bilhão, sob a forma de JCP.

### Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos por meio de regras cadastradas no do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Dessa forma, na consolidação as informações são apresentadas sem duplicidade de valores, permitindo assim que o efeito nas demonstrações seja apenas pelo saldo líquido resultante do confronto de saldos devedores e credores.

No exercício de 2013 foi identificada uma diferença de R\$ 2,5 bilhões entre o valor das despesas intraorçamentárias e das receitas intraorçamentárias, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ milhões

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Saldo 31/12/2013
Despesas – Valores Pagos, Inclusive RP (a)	29.225
Receitas – Valores Brutos Arrecadados (b)	26.690
Deduções das Receitas Intraorçamentárias (c)	6
DIFERENÇA (a) – (b) – (c)	2.529

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

As rotinas estabelecidas para as Receitas Intraorçamentárias e Despesas Intraorçamentárias não permitem a compatibilização de seus valores, devido a várias diferenças conceituais e operacionais.

Os regimes contábeis da despesa e receita orçamentárias são diferentes, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento – no empenho

– e a receita no momento do seu efetivo recebimento. Portanto, não há como conciliar os valores dentro de um mesmo exercício. Com base nesse conceito, o quadro acima foi elaborado demonstrando apenas os valores pagos da despesa intraorçamentária, inclusive os restos a pagar pagos dentro do exercício, para chegar a um valor mais próximo do que deveria ser, caso todas as rotinas fossem conciliadas.

No âmbito do **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, existe a peculiaridade de uma rotina própria, em que não há a contabilização das receitas intraorçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades, relacionadas à prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e àquelas da folha de pagamento. Entretanto, do outro lado, as despesas em todas as unidades são registradas como intraorçamentárias.

Na distribuição de dividendos das empresas estatais dependentes também ocorre o registro da receita intraorçamentária sem a correspondente despesa intraorçamentária nas unidades que fazem a distribuição.

Além das rotinas citadas, outras também são responsáveis pela diferença entre as receitas e despesas intraorçamentárias, tais como:

a. Pagamento de multa e juros pela Unidade Gestora – UG como substituto tributário;

b. Eventos em que a UG emitente é a mesma que a UG do documento nota de empenho, em que o Siafi não registra como despesa intraorçamentária, mas que poderá dar origem a uma receita intraorçamentária;

c. Imposto de renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasp sobre o lucro das empresas estatais dependentes, quando o recolhimento de tributos não guarda compatibilidade com os registros de receita intraorçamentária;

d. Diferentes códigos de *Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF* na fita da Receita Federal, que classificam as receitas como intraorçamentárias ou não, independente da natureza da despesa;

e. Possíveis problemas da rotina da folha de pagamento, decorrentes de reclassificação de despesa,

devoluções de ordens bancárias em exercícios diferentes, dentre outros.

## Receitas de Capital – Operações de Crédito

As operações de crédito sofreram uma variação negativa de aproximadamente R\$ 42 bilhões em relação ao exercício de 2012. Tais operações são contratadas pelo Tesouro Nacional, principalmente, com a finalidade de refinar a dívida pública, e seguem, basicamente, o seguinte procedimento:

a. Visando ao pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos, efetua uma “operação de crédito”: emite e vende títulos públicos no mercado;

b. Esses títulos podem ser emitidos para se pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou para pagar o resultado negativo do Banco Central do Brasil – BCB;

c. Os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no “Caixa”, na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por “Colchão da Dívida”;

d. O “Colchão da Dívida” aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Tal superávit constituirá o colchão inicial do exercício seguinte;

e. A “receita para refinanciamento” é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida, por isso, o nome refinanciamento. O

pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita, em uma operação casada;

f. Apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a “receita para refinanciamento” não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do “Colchão da Dívida”, que contém, além das receitas arrecadadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

## Receitas de Capital – Alienação de Bens

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O demonstrativo a seguir, conforme preceitua o artigo 4º, § 2º, inciso III da LRF, demonstra, em 2013, a receita de capital oriunda da alienação dos ativos, na quase totalidade referente a bens móveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas em investimentos financeiros no valor de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão e em investimentos no valor de R\$ 200 milhões, em consonância com a chamada “Regra de Ouro” da LRF, restando ainda recursos para serem aplicados (cerca de R\$ 500 milhões).

R\$ milhões

RECEITAS DE CAPITAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	(a)	(b)
Alienação de Bens Móveis	1.922	2.091
Alienação de Bens Imóveis	8.261	197
TOTAL	10.183	2.288
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS <sup>1</sup>
DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	(c)	(d)
Despesas de Capital	10.183	1.735
Investimentos	6.188	204
Inversões Financeiras	3.976	1.512
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	18	18
TOTAL	10.183	1.735

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012	2013	SALDO ATUAL
	(e)	(f) = (b) – (d)	(e) + (f)
TOTAL	11.772	553	12.325

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Exercício de 2013.

<sup>1</sup>Inclui despesas empenhadas, mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/1964.

As receitas com alienação de bens que diminuíram quase R\$ 12 bilhões em relação ao exercício de 2012, conforme pode ser observado na Demonstração das Variações Patrimoniais, retornando ao patamar de 2011. Salienta-se que o incremento das receitas em 2012 deu-se principalmente com a alienação de títulos mobiliários (R\$ 12,4 bilhões) registrados pelo Fundo Soberano do Brasil.

## Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores

Os acréscimos patrimoniais, em sua totalidade, apresentaram um aumento da ordem de R\$ 12 bilhões em relação a 2012, o que representa uma variação percentual inferior a 1%.

Os ajustes de exercício anteriores e as “Incorporações de Ativos” e “Desincorporações de Passivos” tiveram reduções de

R\$ 107 bilhões (8%) e R\$ 63,9 bilhões (7%), respectivamente.

Dentre as incorporações de ativos, destaque para as incorporações de títulos e valores e em especial as operações de aumento de capital da Caixa Econômica Federal – CEF e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, ambas realizadas ao final de 2012, porém com registro no início de 2013. Tais operações resultaram no montante de R\$ 6,9 bilhões e R\$ 6,7 bilhões, respectivamente.

Ademais, foi realizada em 2012 e lanstipalizações:

a. Fundo de Garantia de Operações – FGO, no montante de R\$ 250 milhões, mediante a transferência de 312.500.000 ações ordinárias – ON do Banco da Amazônia S.A. – Basa e de 6.250.000 ações ON do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB; e

b. Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, no valor de R\$ 200 milhões, mediante a transferência de 32.316.006 ações ON da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras e 1.449.254 ações ON do BNB.

Além disso, foram integralizadas cotas nos Organismos Internacionais a seguir:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – R\$ 77 milhões

- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – R\$ 145 milhões
- Corporação Andina de Fomento (CAF) – R\$ 49,4 milhões
- Fundo de Operações Especiais (FOE) – R\$ 24,6 milhões
- Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) – R\$ 11,9 milhões
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – R\$ 9,5 milhões
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) – R\$ 4,3 milhões
- Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN) – R\$ 11,35 milhões

## Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” apresentou, em 2013, em relação a 2012, uma variação negativa de 30,2% (aproximadamente R\$ 117 bilhões), conforme tabela a seguir.

*R\$ milhões*

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Reavaliações de Bens	113.126	50.467	124,20%
Reavaliações de Títulos e Valores	5.791	9.111	-36,40%
Ajustes de Créditos	151.369	327.333	-53,80%
Outros	242	672	-63,90%
TOTAL	270.528	387.583	-30,20%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Os “Ajustes de Créditos” influenciaram significativamente os Acréscimos Patrimoniais, com variação negativa de cerca de R\$ 176 bilhões (53,8%) em relação a 2012. Este item refere-se às variações que provocam aumento no estoque da dívida ativa (inscrição e reativação de inscrição), no Ministério da Fazenda. Neste exercício, portanto, houve o decréscimo, na ordem de R\$ 170 bilhões nessa operação.

O item “Reavaliações de Bens” apresentou saldo de R\$ 113 bilhões com uma variação de 124% (cerca de R\$ 62 bilhões) em relação a 2012, decorrente da reavaliação de imóveis de uso constantes do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUNet), dos seguintes órgãos:

- R\$ 51 bilhões – Fundação Nacional do Índio;
- R\$ 15 bilhões – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

- R\$ 7 bilhões – Comando da Aeronáutica;
- R\$ 28 bilhões – Comando do Exército; e
- R\$ 1,7 bilhão – Comando da Marinha.

No item “Reavaliações de Títulos e Valores”, verificou-se uma redução da ordem de 36%. Este valor refere-se, em grande parte, à atualização de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE pelo Fundo Soberano do Brasil. Outra grande parte está concentrada no Ministério da Fazenda e refere-se a ajustes de valores relativos a aumento de capital.

## Acréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das “Variações Ativas” representam a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de

pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução essa decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Ativas”, o item “Ajustes de Obrigações” teve um aumento de R\$ 312,9 bilhões ao se comparar 2013 com 2012, o que se deve, principalmente, ao aumento registrado na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado a seguir:

*R\$ milhões*

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Obrigações Internas	396.446	83.022	377,50%
Atualização Monetária	5.304	10.008	-47,00%
Juros e Encargos	391.142	73.013	435,70%
Obrigações Externas	8.493	9.060	-6,30%
Varição Cambial	8.493	9.060	-6,30%
TOTAL	404.939	92.082	339,80%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), do Tesouro Nacional.

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

- Redução de R\$ 4,7 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, uma redução na desvalorização monetária da dívida;

- Aumento de R\$ 318 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;

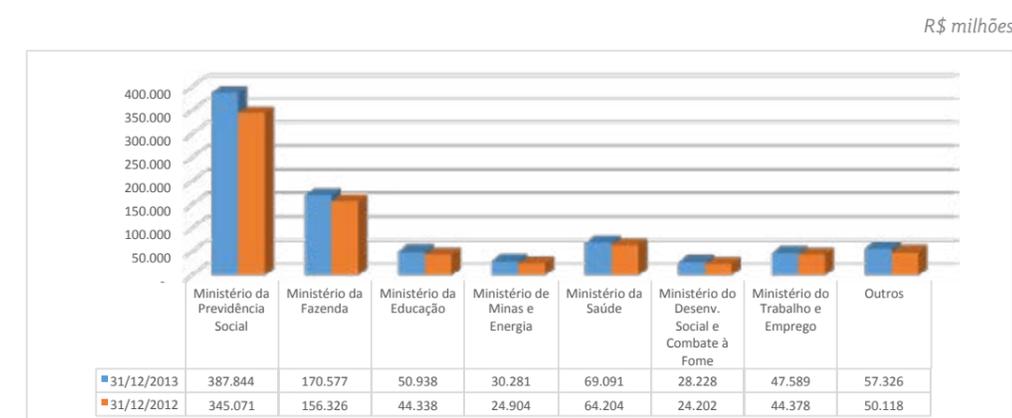
- Redução de R\$ 567 milhões na variação cambial negativa da dívida externa, ou seja, a dívida diminuiu menos em 2013 por efeito da variação cambial do que em 2012.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Ativas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico “Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais”, ao final das notas explicativas da DVP.

## Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes

Em 2013, as despesas correntes sofreram um aumento de R\$ 113,7 bilhões em relação a 2012, principalmente em função do aumento ocorrido no item “Outras Despesas Correntes”, o qual aumentou pouco mais de R\$ 88 bilhões. No gráfico a seguir é possível visualizar as maiores alterações nesse item por órgão.

GRÁFICO 11. OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

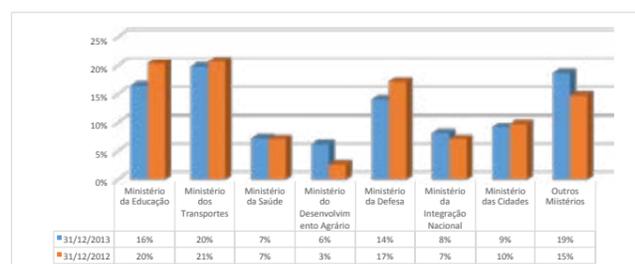
As despesas mais representativas e que mais contribuíram para o incremento das “Outras Despesas Correntes” no Ministério da Previdência Social, referem-se, principalmente, às despesas relativas aos benefícios pagos pelo RGPS, como aposentadorias, pensões, dentre outras; distribuição de receitas aos Estados e Municípios; seguro desemprego; benefícios mensais ao deficiente e idoso; auxílio financeiro a estudantes, dentre outros.

## Despesas de Capital – Investimentos

Comparando o valor investido em 2013 em relação a 2012, percebe-se um aumento de pouco mais de R\$ 40 milhões.

No próximo gráfico, podemos observar quais os Ministérios mais contribuíram para a composição do saldo de Despesas de Capital – Investimentos, nos exercícios de 2013 e 2012:

GRÁFICO 12. DESPESAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS



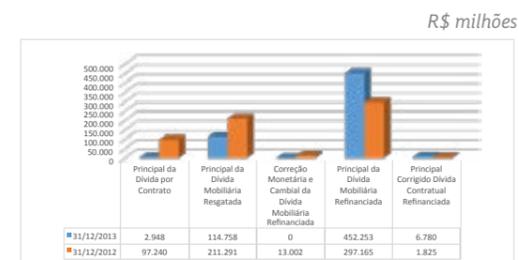
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Em relação aos valores aplicados em 2013, no Ministério da Educação, destaca-se o investimento de cerca de R\$ 6 bilhões no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no Ministério dos Transportes, os investimentos de cerca de R\$ 11,3 bilhões no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Defesa, investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões, sendo R\$3,2 bilhões no Comando da Aeronáutica, R\$ 2 bilhões no Comando do Exército e R\$ 3,7 bilhões no Comando da Marinha.

## Despesas de Capital – Amortizações

Segue abaixo, a composição da despesa de capital com amortizações, representada basicamente pelo valor de amortização do principal, de correção monetárias e cambiais e valores atinentes ao refinanciamento:

GRÁFICO 13. AMORTIZAÇÃO E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pela Demonstração das Variações Patrimoniais, podemos perceber que houve uma evolução negativa do exercício de 2012 para o exercício de 2013 de aproximadamente R\$ 44 bilhões, ou seja, foi amortizado menos dívida no exercício de 2013 em relação ao exercício anterior. Pelo gráfico 4, notamos que esse decremento ocorreu, pois amortizou-se menos o Principal da Dívida por Contrato e o Principal da Dívida Mobiliária Resgatada. Por outro lado, foi amortizado um valor maior, em relação a 2012, referente ao Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada.

## Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos e Ajustes de Exercícios Anteriores

Em relação ao exercício de 2012, conforme pode ser observado na

Demonstração de Variações Patrimoniais, houve uma diminuição, no montante de R\$ 500 bilhões, aproximadamente, dos Decréscimos Patrimoniais do exercício. Uma das causas dessa redução pode ser observada nos decréscimos com Desincorporações de Ativos.

R\$ - Em milhões

Desincorporações de ativos	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Baixa de bens imóveis	46.845	14.367	226%
Baixa de bens móveis	22.875	19.191	19%
Baixa de bens intangíveis	63	17	262%
Baixa de títulos e valores	12.708	17.436	-27%
Outras desincorporações de ativos	1.298	309	319%
Baixa de direitos	1.034.092	1.197.778	-14%
Dívida ativa tributária	10.854	58.801	-82%
<b>Total</b>	<b>1.128.735</b>	<b>1.307.900</b>	<b>-14%</b>

## Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” encontra-se detalhado na tabela a seguir:

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Desvalorização de Bens	26.125	16.042	62,90%
Desvalorização de Títulos e Valores	1.360	7.124	-80,90%
Ajustes de Créditos	174.790	196.582	-11,10%
Outros Ajustes Patrimoniais	-	22	-100%
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.813	1.967	348,00%
<b>TOTAL</b>	<b>211.088</b>	<b>221.736</b>	<b>-4,80%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

O item “Desvalorização de Bens”, teve um alto incremento em função de desvalorização de imóveis no SPIUnet, em especial da Unidade Gestora - Coordenação Regional do Alto Solimões/AM, da Funai, no valor de cerca de R\$ 17,3 bilhões.

A “Depreciação, Amortização e Exaustão” continua apresentando variação positiva em relação ao exercício anterior (348%), em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de

Nesse subgrupo houve uma redução da ordem de R\$ 179 bilhões, devido principalmente à Baixa de Direitos, que apresentou um decremento de R\$ 164 bilhões, aproximadamente.

A redução do item “Baixa de direitos” ocorreu, principalmente, pela redução da baixa de direitos referentes a Entidades e Agentes e referentes a Empréstimos e Financiamentos.

O item Desincorporações de Ativos também sofreu impacto pelo movimento do item Dívida Ativa Tributária, que, em 2013, apresentou o montante de R\$ 10 bilhões contra R\$ 59 bilhões em 2012, fechando uma variação negativa de R\$ 49 bilhões nesse período.

Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal.

## Decréscimos Patrimoniais – Incorporações de Passivos

O grupo “Incorporação de Passivos” apresentou redução de 47% no exercício de 2013 em relação a 2012, conforme pode ser observado a seguir:

R\$ Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Variações
Operações de crédito em contrato	1	39	-97%
Operações de crédito em títulos	95.873	262.331	-63%
Provisões	16.947	384.903	-96%
Recursos a Liberar	384.221	484.549	-21%
Entidades credoras	65.265	79.031	-17%
Precatórios	19.244	18.508	4%
Restos a pagar	84.379	75.277	12%
Ressarcimentos/ Restituições tributárias	10.535	122	8528%
Baixa de recursos a liberar por retificação	-442.231	-299.805	48%
Outras incorporações de passivo	470.104	317.204	48%
<b>Total</b>	<b>704.340</b>	<b>1.322.159</b>	<b>-47%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Pela tabela acima, percebe-se a redução significativa de emissão de títulos para captação de recursos (-63%). Fica evidenciado também a redução de recursos a liberar para pagamento de restos a pagar (-21%) bem como o aumento da conta credora que registra a retificação de recursos a liberar.

Vale destaque também o decremento da conta Provisões, que abriga, dentre outras, a provisão para perda de dívida ativa. No exercício de 2012 a provisão foi complementada em um montante de R\$ 368 bilhões. Já no exercício de 2013 houve um complemento de apenas R\$ 5 bilhões, aproximadamente.

## Decréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes

de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, os ajustes de obrigações que constam das “Variações Passivas” representam a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento este decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Passivas”, o item “Ajustes de Obrigações” teve um aumento de pouco mais de R\$ 300 bilhões ao se comparar o exercício de 2013 com o de 2012, e esse aumento está evidenciado, principalmente, na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstram os números abaixo:

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Obrigações Internas	683.292	386.419	76,80%
Atualização Monetária	154.534	205.443	-24,80%
Juros e Encargos	528.757	180.976	192,20%
Obrigações Externas	29.489	22.274	32,40%
Variação Cambial	18.482	14.897	24,10%
Juros e Encargos	11.007	7.377	49,20%
<b>TOTAL</b>	<b>712.780</b>	<b>408.693</b>	<b>74,40%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (CODIV) do Tesouro Nacional.

Do quadro anterior, infere-se o seguinte:

a. Redução de R\$ 51 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, um aumento na valorização monetária da dívida em comparação a 2012. Dessa forma, enquanto a dívida interna, no exercício de 2012, sofreu atualizações monetárias de R\$ 205 bilhões, no exercício de 2013, esse valor foi de R\$ 154 bilhões;

b. Aumento nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R\$ 347,7 bilhões). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes do procedimento utilizado para atualização da dívida;

c. Aumento de cerca de R\$ 3,5 bilhões na variação cambial positiva da dívida externa, ou seja, a dívida aumentou mais no exercício de 2013 por efeito da variação cambial do que no exercício de 2012;

d. Aumento de R\$ 3,6 bilhões nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.

## Resultado da Equivalência Patrimonial: Confronto entre Acréscimos e Décrécimos Patrimoniais

Os acréscimos patrimoniais relacionados ao Resultado da Equivalência Patrimonial – MEP registram os aumentos no ativo permanente decorrentes de ajustes e ganhos das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, os decréscimos patrimoniais relacionados ao MEP registram as baixas no ativo permanente decorrentes de

ajustes e perdas das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como os registros de perdas e ganhos impactam os dois lados na DVP, para uma melhor evidência do que realmente ocorreu com os ativos permanentes que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os valores foram consolidados, por tipo de ajuste, no quadro a seguir:

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Ganho/Perdas na Apuração da Equivalência	(3.957)	11.257	-135,20%
Variações Ativas (Ganhos)	22.508	26.590	-15,40%
Variações Passivas (Perdas)	(26.465)	(15.332)	72,60%
Ajuste para Consolidação das Participações	(1.649)	(1.910)	-13,70%
Variações Ativas (Ajustes Positivos)	2.766	3.440	-19,60%
Variações Passivas (Ajustes Negativos)	(4.414)	(5.350)	-17,50%
<b>TOTAL</b>	<b>(5.606)</b>	<b>9.347</b>	<b>-160,00%</b>

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

## Ajustes de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Décrécimos Patrimoniais

Para melhor demonstrar o que ocorreu com as dívidas interna e externa, é necessário efetuar uma análise envolvendo o grupo de variações passivas, que aumentam a dívida, e o grupo de variações ativas, que diminuem a dívida.

Nos quadros abaixo, as obrigações foram segregadas em “Internas” e “Externas”, e foram demonstrados os comportamentos de seus indexadores, juros e encargos e variações cambiais.

R\$ milhões

Obrigações Internas	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Atualização Monetária Líquida	149.230	195.435	-23,60%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(5.304)	(10.008)	-47,00%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	154.534	205.443	-24,80%
Juros e Encargos Líquidos	137.615	107.962	27,50%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(391.142)	(73.013)	435,70%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	528.757	180.976	192,20%
TOTAL	286.845	303.397	-5,50%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (CODIV) do Ministério da Fazenda.

R\$ milhões

Obrigações Externas	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Juros e Encargos	11.007	7.377	49,20%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	11.007	7.377	49,20%
Varição Cambial	9.988	5.837	71,10%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(8.493)	(9.060)	-6,30%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	18.482	14.897	24,10%
TOTAL	20.995	13.214	58,90%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública (CODIV) do Ministério da Fazenda.

A partir das informações apresentadas, é possível chegar às seguintes conclusões:

- A dívida interna aumentou menos no exercício de 2013 do que no exercício de 2012, devido principalmente à redução do montante de atualização monetária;
- A dívida externa, por outro lado, aumentou mais no exercício de 2013 em relação ao exercício de 2012, devido tanto à variação cambial de R\$ 4,1 bilhões, quanto aos juros e encargos de R\$ 3,6 bilhões.

## Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial negativo do exercício de 2012, no valor de R\$ 113,9 bilhões, é resultado tanto das variações orçamentárias quanto das variações extraorçamentárias. Por outro lado, o resultado patrimonial positivo de R\$ 281,7 bilhões no exercício de 2013, foi fortemente influenciado pelas variações extraorçamentárias ativas, que sofre um acréscimo de R\$ 512 bilhões em relação ao exercício anterior.

Comparando-se os resultados patrimoniais em ambos os exercícios, observa-se um aumento significativo de cerca de R\$ 395,7 bilhões. Porém, ao se comparar os resultados orçamentário e extraorçamentário separadamente, nota-se uma variação orçamentária negativa de R\$116 bilhões e uma variação extraorçamentária positiva de R\$ 512 bilhões, o que demonstra um comportamento bastante distinto na variação patrimonial. ■

O quadro a seguir evidencia essas alterações:

R\$ milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Resultado Orçamentário	275.917	392.519	-29,70%
Variações Ativas	2.785.336	2.861.181	-2,70%
Variações Passivas	-2.509.419	-2.468.662	1,70%
Resultado Extraorçamentário	5.880	-506.510	-101,20%
Variações Ativas	2.803.764	2.792.238	0,40%
Variações Passivas	-2.797.885	-3.298.748	-15,20%
TOTAL	281.797	-113.991	-347,20%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.



Acompanhe o Tesouro na internet!

@\_tesouro

<http://tesouro.gov.br>

# Análise das Demonstrações Contábeis da União

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO • BALANÇO FINANCEIRO •  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA e dos Créditos Adicionais. O Balanço Orçamentário está desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas, mostrando a previsão atualizada e a realização das receitas, e em Execução Orçamentária das Despesas, mostrando a fixação e a execução das despesas, considerado os créditos adicionais, com valores detalhados por tipo de crédito.

### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio

de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim tratados:

- a. Receitas administradas pela RFB – Inclui as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e fiscalizadas pela RFB. A classificação da receita é apropriada decencialmente com base no Sistema de Arrecadação da RFB. Também considera as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social – GPS, apropriadas mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev;
- b. Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos – São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição

financeira responsável pela centralização da arrecadação.

O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais, sendo apresentada, no Balanço Orçamentário, pelos seus valores líquidos.

### DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas orçamentárias são demonstradas no Balanço Orçamentário por tipo de crédito e por natureza da despesa.

Para melhor entender as análises efetuadas, vamos dar um breve conceito de cada tipo de crédito. O crédito suplementar destina-se ao reforço de dotação já existente, pois são utilizados quando os créditos iniciais orçamentários são ou se tornam insuficientes. Sua abertura depende da prévia existência de recursos para a efetivação da despesa.

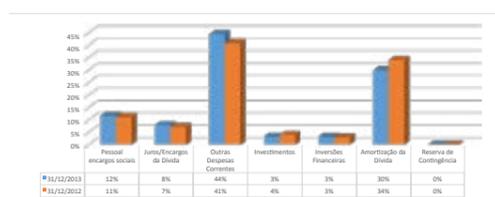
O crédito especial ocorre quando não há previsão de dotação para a realização de determinada despesa. Este instrumento viabiliza a criação de novo item de despesa, sendo autorizado por lei específica e aberto por decreto do Poder Executivo.

Os créditos extraordinários, por sua vez, visam ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, tais como as decorrentes de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. São abertos por medida provisória e poderão ser reabertos caso a promulgação ocorra nos últimos quatro meses do exercício

A maior parte das despesas orçamentárias é constituída por créditos iniciais e suplementares (cerca de 99%). Conforme a tabela a seguir, que demonstra as despesas executadas por tipo de crédito, nota-se que a maior parte das despesas orçamentárias executadas é constituída por créditos iniciais e suplementares. Em 2012, porém, observou-se um aumento no percentual de participação dos créditos extraordinários.

O gráfico a seguir demonstra a composição das despesas executadas por natureza da despesa:

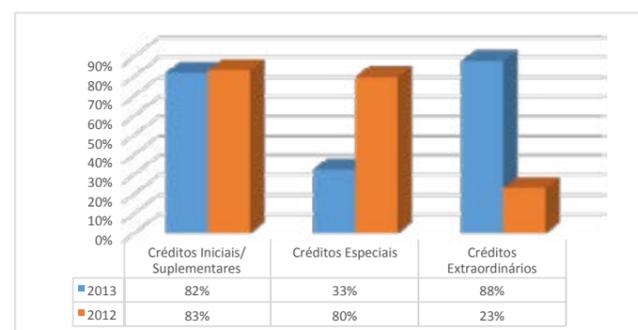
**GRÁFICO 14. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS EXECUTADAS POR NATUREZA DA DESPESA**



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

A seguir seguem os percentuais de execução da despesa em relação à dotação prevista atualizada na Lei Orçamentária Anual, por tipo de crédito e por grupo de natureza de despesa.

**GRÁFICO 15. EXECUÇÃO DA DESPESA EM RELAÇÃO À DOTAÇÃO PREVISTA – POR TIPO DE CRÉDITO**

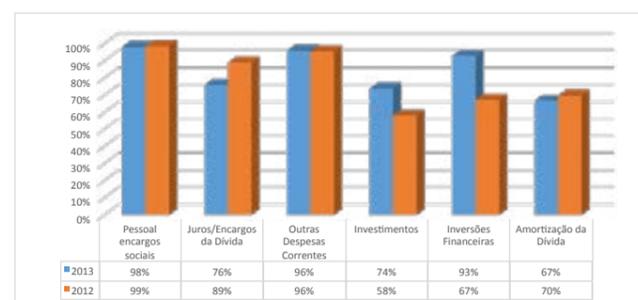


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

Conforme o balanço orçamentário, 82% dos créditos iniciais e suplementares, em 2013 (83%, em 2012) foram executados em relação à dotação prevista atualizada. Os créditos especiais e extraordinários, apresentaram uma oscilação maior de 2012 para 2013. Em 2013, apenas 33% da dotação prevista atualizada dos créditos especiais foram executados, contra 80% em 2012. Já os créditos extraordinários, em 2013, 88% foram executados, contra apenas 23%, em 2012.

Em nenhum dos exercícios observou-se excesso de execução de despesa (ou seja, não gastou mais do que o previsto).

**GRÁFICO 16. EXECUÇÃO DA DESPESA EM RELAÇÃO À DOTAÇÃO PREVISTA – POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA**



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.

## Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os

pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

No Balanço Financeiro da União, utiliza-se a metodologia de saldos para os ingressos e dispêndios extraorçamentários, ou seja, são evidenciados na demonstração saldos iniciais e finais do ativo e do passivo. Assim, para se chegar ao movimento de saldos líquidos entre os ingressos e dispêndios é necessário verificar a diferença entre os dois lados da seguinte forma:

a. Para os grupos de contas do ativo, o saldo inicial encontra-se do lado dos ingressos e o final do lado dos dispêndios. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível dispêndio; caso contrário, um ingresso;

b. Para os grupos de contas do passivo, o saldo inicial encontra-se do lado dos dispêndios e o final do lado dos ingressos. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível ingresso; caso contrário, um dispêndio.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores, estornos e outras regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos, conforme descrito anteriormente.

## DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO

	Evolução		
	2013-2011	2013-2012	2012-2011
Conta Única do Tesouro Nacional	40%	27%	10%
INSS	-47%	-64%	47%
Recursos à Disposição da Dívida Pública	34%	-19%	66%
Aplicações Financeiras	-1%	-13%	14%
Outras Disponibilidades	-15%	-19%	4%
	<b>30%</b>	<b>2%</b>	<b>27%</b>

Analisando o quadro anterior, constata-se que, com exceção da Conta Única do Tesouro Nacional, todas as demais disponibilidades decresceram em 2013, em relação a 2012, movimento contrário ao que ocorreu de 2011 para 2012, onde todas as contas aumentaram seus saldos. Porém, mesmo com esse decréscimo, não houve uma redução ao longo desses 3 anos no saldo total das Disponibilidades, apresentando inclusive, um aumento de 30% quando se compara 2013 com 2011.

## RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Na consolidação das demonstrações contábeis, alguns saldos das operações intragovernamentais, ou seja, operações realizadas dentro de um mesmo ente da Federação, são excluídos. Esse procedimento permite a eliminação das movimentações ocorridas entre os órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente, de maneira que na consolidação as informações sejam apresentadas sem duplicidade de valores.

## INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Os demais valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os saldos dos direitos de maior relevância, destacam-se os “Valores em Circulação”, composto, principalmente, pelos “Recursos Especiais a Receber” e “Depósitos especiais do FAT”.

R\$ - em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Rede bancária – arrecadação	6.031	6.051	0%
Recursos especiais a receber	485.738	266.402	82%
Depósitos especiais do FAT	30.649	33.362	-8%
Outros valores em circulação	3.544	3.215	10%
<b>Valores em circulação</b>	<b>525.962</b>	<b>309.030</b>	<b>70%</b>

Os Recursos Especiais a Receber compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem;

“Valores Pendentes a Curto Prazo” é composto pelos “Valores Diferidos”, R\$289 bilhões, em 2013, e R\$285 bilhões em 2012. Esses valores compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse no exercício seguinte.

Dentre as obrigações que tiveram maior relevância, destacam-se as “Obrigações em Circulação”, com os seguintes desdobramentos:

R\$ - Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Fornecedores	10.225	6.983	46%
Restos a pagar	201.423	162.225	24%
Recursos a liberar por transferência	69.316	68.937	1%
Benefícios a pagar	15.700	15.832	-1%
Recursos a liberar para pagamento de Restos a Pagar	361.372	408.355	-12%
Outras obrigações em circulação	11.240	17.834	-37%
<b>Total</b>	<b>669.276</b>	<b>680.166</b>	<b>-2%</b>

**a.** Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar registra o valor do recurso financeiro concedido pelo Tesouro Nacional aos órgãos e entidades, para fazer face aos pagamentos de restos a pagar inscritos no final do exercício anterior;

**b.** Restos a Pagar, composto por Não Processados a Liquidar, Não Processados Liquidados e Cancelados. O RP Não processados a Liquidar representa a maior parte do total e referem-se aos valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2012, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei nº 4.320/1964, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000;

Analisando os restos a pagar inscritos no exercício, podemos relacioná-lo ao total de despesas executadas, conforme o balanço orçamentário, no mesmo exercício e chegar à conclusão de quanto de despesas executadas não foram pagas dentro do próprio exercício, ou seja, quanto das despesas executadas no ano serão pagas no exercício subsequente. Na próxima tabela, demonstramos essa relação.

R\$ - Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012
Restos a pagar inscritos	201.423	162.225
Despesas executadas conforme balanço orçamentário	1.930.403	1.839.796
Percentual de despesas executadas não pagas no exercício	10,43%	8,82%

Podemos perceber que, em 2013, apenas 10,43% (8,82%, em 2012) das despesas executadas no exercício serão pagas no exercício subsequente.

Dentre outros valores relevantes, destacam-se os “Ajustes de Direitos e Obrigações” (cerca de R\$ 727 bilhões), que apresentam os seguintes desdobramentos:

R\$ - Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Incorporações de Direitos e Obrigações	416.578	458.750	-9%
Desincorporações de Obrigações	306.945	175.306	75%
Ajustes de Créditos	3.585	9.153	-61%
<b>Total</b>	<b>727.107</b>	<b>643.210</b>	<b>13%</b>

**a.** Incorporação de Direitos – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos;

**b.** Desincorporação de Obrigações – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária;

**c.** Ajustes de Créditos – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico.

#### DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, aos saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Os demais valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Dentre os saldos de maior relevância, destaca-se o item “Valores em Circulação”, que é composto, principalmente, pelos Recursos Especiais a Receber, que compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem; e os Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nas instituições financeiras oficiais federais.

R\$ Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Recursos especiais a receber	436.439	485.738	-10%
Depósitos especiais do FAT	27.839	30.649	-9%
Outros valores em circulação	9.943	9.554	4%
<b>Total</b>	<b>474.222</b>	<b>525.942</b>	<b>-10%</b>

Merece destaque também os Valores Pendentes a Curto Prazo, que é composto principalmente por “Valores Diferidos” (cerca de R\$ 289 bilhões). Esses valores compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros no exercício seguinte.

Analisando agora as “Obrigações em Circulação”, temos os seguintes desdobramentos:

R\$ Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Varição
Fornecedores	6.983	7.903	-12%
RP não processados - inscrição	150.401	116.938	29%
Recursos a liberar por transferência	68.937	45.470	52%
Benefícios a pagar	15.832	13.425	18%
Recursos a liberar para pagamento de restos a pagar	408.355	218.697	87%
Outras obrigações em circulação	10.524	14.311	-26%
<b>Total</b>	<b>661.033</b>	<b>416.744</b>	<b>59%</b>

a. Restos a Pagar Não Processados – Inscrição: são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2013, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103 da Lei nº 4320/1964;

b. Recursos a Liberar para Pagamento de RP: representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior;

c. Recursos a Liberar por Transferência: registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

Dentre outros valores relevantes, destacam-se também os “Ajustes de Direitos e Obrigações”, que apresentam os seguintes desdobramentos:

R\$- Em milhões

	31/12/2013	31/12/2012	Variação
Baixa de direitos	321.022	132.278	143%
Créditos diversos a receber	319.044	131.212	143%
Outras baixas de direitos	1.978	1.066	86%
Incorporação de obrigações	397.853	492.718	-19%
Recursos diversos a liberar	397.395	492.397	-19%
Outras incorporações de obrigações	458	321	43%
Ajustes de Obrigações	5.439	9.391	-42%
Variação cambial	2.877	1.324	117%
Ajustes financeiros a débito	2.562	8.067	-68%
Ajustes de Direitos e Obrigações	724.314	634.387	14%

a. Créditos Diversos a Receber– registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações. Nota-se, em 2013, o aumento nesse tipo de operação, o que contribuiu para a evolução positiva do total dos Ajustes de Direitos e Obrigações.

Recursos Diversos a Liberar– demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

### VARIAÇÕES OCORRIDAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL é possível se observar, dentre outros aspectos, a movimentação ocorrida, ao longo do exercício, em cada conta que integra o Patrimônio Líquido. Embora a sua elaboração não seja obrigatória pela Lei nº 4320/1964, essa demonstração é de extrema importância para a análise contábil, uma vez que permite se avaliar a evolução do PL.

No exercício de 2013, o Patrimônio Líquido da União somou R\$ 1,18 trilhão, compatível com o Balanço Patrimonial. Se comparado com o exercício de 2012, o PL apresentou uma variação positiva da ordem de R\$ 421 bilhões, o que teve impacto no superávit patrimonial de R\$ 281,7 bilhões, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais da União – DVP. ■



